

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

MICHELLE MATTAR PEREIRA DE OLIVEIRA

**Instrução Pública Mineira no final do Império e no início do Período Republicano:
Diamantina sede de grandes acontecimentos da educação mineira**

**Uberlândia, MG
Junho de 2011**

MICHELLE MATTAR PEREIRA DE OLIVEIRA

**Instrução Pública Mineira no final do Império e no início do Período Republicano:
Diamantina sede de grandes acontecimentos da educação mineira**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, para obtenção do título de Bacharelado e Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

**Uberlândia
2011**

MICHELLE MATTAR PEREIRA DE OLIVEIRA

**Instrução Pública Mineira no final do Império e no início do Período Republicano:
Diamantina sede de grandes acontecimentos da educação mineira**

Monografia apresentada ao Curso de
História da Universidade Federal de
Uberlândia, para obtenção do título de
Bacharelado e Licenciatura em História.

Uberlândia, 13 de Junho de 2011

Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto
Orientador

Michelle Mattar Pereira de Oliveira
Aluna da Graduação da Universidade Federal de Uberlândia

Banca examinadora:

Prof. Dr. Flávio César Vieira

Prof(a) Ms. Antoniette Camargo de Oliveira

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Wenceslau Gonçalves Neto pela confiança em mim depositada.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas da História pela convivência e aprendizado e a todos os professores do curso.

Aos funcionários do Instituto de História por estarem sempre presentes na solução dos problemas, especialmente ao João Batista, secretário do curso.

Aos meus pais e irmãos.

A Deus.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7-8
------------------------	------------

1 ENTRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EDUCACIONAL BRASILEIRO

1.1 Marcos na educação brasileira desde a chegada dos portugueses até 1759.....	9-10
1.2 Comarca de Diamantina: Sede de Grandes acontecimentos Político-educacionais.	
1.2.1. Mineração: Ponte para o desenvolvimento econômico-social no Arraial do Tijuco.....	10-16
1.2.2 Grandes transformações na Instrução Pública Brasileira sob influência do Período Pombalino dos anos de 1759 a 1822.	
1.2.3 Reformas educacionais sob influência clara do Iluminismo Europeu.....	17-19
1.3 A Instrução Pública no Império Brasileiro nos anos de 1822-1889	
1.3.1 Da base da Cristandade às luzes da Razão.....	19-27
1.4 Crise do Império e Proclamação da República 1.4.1 Brasil um país em constante desenvolvimento.....	27-30

2 MODIFICAÇÕES DOS CÍRCULOS LITERÁRIOS NA PROVÍNCIA MINEIRA: ESCASSEZ DE IDEIAS E BAIXA PRODUTIVIDADE FECHAM AS ÚLTIMAS DÉCADAS DO IMPÉRIO 31-33

2.1 Instrução Pública Diamantinense: Ideias Gerais do que pode ter ocorrido na Instrução Pública em Diamantina no últimos anos do Império e nos primeiros anos da República.....	33-34
2.2 Império - Fundação do Seminário de Diamantina: Construção baseada em ideologias européias.....	34-36
2.3 Construção do Externato do Colégio Santo Antônio de Diamantina.....	36-38
2.4 Surgimento da Escola Normal de Diamantina: Regras necessárias para um bom funcionamento dessa escola.....	38-40
2.5 Construção do Ateneu São Vicente de Paulo em Diamantina.....	40-41

3 INSTRUÇÃO PÚBLICA MINEIRA, ENTRE OS ANOS DE 1889-1910: MUDANÇAS OCORRENTES COM A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA 42-44

3.1 Reforma Afonso Pena: Mudanças significativas na Instrução Pública Mineira..	44-46
3. 2. Instrução Pública Mineira através da Reforma Silviano-Campista.....	46-49
3.3 Governo Francisco Sales: Algumas reformas nos Ensinos Normais e Elementares no Estado de Minas Gerais.....	49-50
3.4 A Reforma do Ensino João Pinheiro ano de 1906: A centralização do ensino em grupos escolares.....	50-52
3.5 Reforma Wenceslau Braz no Ensino Normal: Diferenças e aproximações com as outras reformas feitas em Minas Gerais.....	52-55

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
----------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS.....	57-59
-------------------------	--------------

INTRODUÇÃO

Para iniciarmos a apresentação deste estudo é necessário ressaltarmos que se trata de uma partícula da História da Educação no Brasil, em específico em Minas Gerais.

É necessário ressaltarmos que nos últimos anos vários trabalhos sobre a História da Educação no Brasil têm sido publicados, retratando diversos períodos. Um estímulo para essas publicações são os diversos eventos dessa área tanto nacional quanto internacional que ocorrem todos os anos. Alguns eventos merecem destaque como: os Congressos Brasileiros de História da Educação; os Seminários Nacionais de Estudos e Pesquisas em História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR; os Congressos Luso-Brasileiros de História da Educação; os Congressos Iberoamericanos de Historia de la Educación Latinoamericana - CIHELA; os encontros anuais da International Standing Conference for the History of Education - ISCHE; as Reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação- ANPED; os simpósios temáticos de História da Educação nos congressos da Associação Nacional de História – ANPUH, entre outros.

A finalidade principal desses encontros é a troca de experiência, colocando o historiador/pesquisador em um ambiente que propicie a compreensão e a comparação desses projetos e propiciar que a História da Educação no Brasil seja construída, ganhando valorosos significados historiográficos.

É necessário também, destacar a formação de grupos de pesquisa localizados nas Universidades Brasileiras e Internacionais. Esses grupos na maioria das vezes são financiados por Núcleos de pesquisa existentes nesses países, como é o caso, no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais -FAPEMIG, entre outros.

Este trabalho tem como finalidade o estudo da Instrução Pública em Minas Gerais nos últimos anos do Império e na primeira década da República. Foi-nos proposta a cidade de Diamantina como objeto de estudo. A análise dessa instrução teve como base livros sobre a educação mineira, artigos publicados em anais eletrônicos e em Revistas de História e documentos oficiais dessa época, como: Atas do Conselho Municipal de Diamantina, Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, Documentos da Secretaria do Interior da Instrução Pública de Minas Gerais.

Estudando interpretações sobre a Instrução Pública Mineira, chegamos ao ponto de partida em que cabe-nos como pesquisadores o retorno aos documentos de época para que o resultado dessa pesquisa seja substancial, e também para que abra caminhos teóricos e práticos para outros colegas em suas pesquisas da mesma área ou de áreas que possam se interligar/comunicar.

Nesse sentido a reflexão aqui estabelecida inspira-se em assertivas teóricas de Demerval Saviani, Paulo Kruger Corrêa Mourão, Aires da Mata Machado Filho, Almir Neves Pereira da Silva, Marcos Lobato Martins, Caio Prado Junior, entre outros. Essas múltiplas representações teóricas pairam na preocupação de se pensar motivações e sentidos do diálogo que recorre entre antigos e modernos que constroem as práticas educacionais que iremos apresentar.

Sinta-se convidado a iniciar o conhecimento de interpretações de vários pesquisadores/historiadores em relação a Instrução Pública Brasileira em específico a Mineira da cidade de Diamantina.

1 ENTRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EDUCACIONAL BRASILEIRO

1.1 Marcos na educação brasileira desde a chegada dos portugueses até 1759

A educação no Brasil sempre foi um assunto polêmico, e se voltarmos ao passado, é possível verificar que essa polêmica se instaurou desde sua implantação, ou seja, desde a época antecedente ao Império.

Grande parte dos autores considerados clássicos, que se dedicam ao estudo da História da Educação, subdividem-na basicamente em quatro momentos. No sentido de facilitar nosso trabalho, optamos por segui-los nessa periodização. Trata-se dos períodos: Jesuítico (1500-1729); Pombalino (1759-1822); Imperial (1822-1889) e Republicano (1889-1910). Por mais que, neste trabalho, tenhamos priorizado o período que vai de 1889 a 1906, sabemos que na História é praticamente impossível estudar um período tão curto sem contextualizarmos principalmente os momentos que antecedem determinada delimitação. A cidade de Diamantina-MG será aqui privilegiada nos seus diversos aspectos para além do educacional: político, econômico, social e cultural.

Para entender a problemática na educação, será preciso, primeiramente, caracterizar o contexto mundial, em específico o português e, em seguida, explicar como esse contexto atingiu a sociedade brasileira, em especial a Diamantinense.

Portugal, sendo um país pioneiro na expansão marítima européia, utilizava suas viagens para conhecer e explorar novas terras, além de manter a relação comercial com países como a Índia, por exemplo. Além do mais, esse país buscava metais preciosos e mão de obra escrava. O estabelecimento de relações de venda e troca de produtos servia também para buscar novos fiéis para que esses disseminassem o catolicismo nas regiões “descobertas”.

Com a chegada dos portugueses em terras brasileiras, a partir de 1500, o país se insere em um grupo que foi denominado pelos europeus de “civilização ocidental e cristã”. Nas primeiras décadas do século XVI, a tentativa de colonização do território brasileiro sofreu várias modificações, e foi a partir daí que o então Rei de Portugal, Dom João III, sentiu a necessidade de ocupar o território brasileiro. Para essa ocupação, foi instituído o governo de Tomé de Sousa, o primeiro governador geral do Brasil.

Em 1549, com a chegada ao Brasil do Governador Geral, Tomé de Sousa, acompanhado pela sua “comitiva”, vieram os primeiros Jesuítas com o objetivo maior de

converter os hereges (índios) à doutrina católica, de Santa Fé. Acreditavam os portugueses que esta seria a melhor forma de impor essa doutrina aos índios. Os portugueses quando chegaram ao território brasileiro se depararam com a gritante diferença cultural. As comunidades aqui estabelecidas não eram o que podemos chamar de “sociedade estruturada”, eram comunidades que viviam de forma coletiva, e que lutavam pela sobrevivência.

A Região de Diamantina, no século XVI tinha a denominação de Arraial do Tijuco, era povoada por grande número de indígenas. Com a chegada dos portugueses, que ao longo dos anos foram se estabelecendo em terras brasileiras, a imposição da cultura portuguesa, em especial o método pedagógico jesuítico, foi tão grande que os índios começaram um processo de resistência. Houve várias lutas contra a colonização, entretanto a resposta de Portugal foi devastadora, pois milhares de indígenas nessa região morreram, sobrando pouco para se falar sobre aqueles que sobreviveram no Nordeste de Minas Gerais. (MARTINS, 1996).

1.2 Comarca de Diamantina: Sede de Grandes acontecimentos Político-educacionais.

1.2.1. Mineração: Ponte para o desenvolvimento econômico-social no Arraial do Tijuco

Em um primeiro momento, faremos um breve histórico sobre a cidade de Diamantina, desde sua fundação como cidade, sede de grandes acontecimentos, até sua importância cultural e o que esta cidade representa para a cultura mineira.

É de grande relevância pensar que na fertilidade de grandes episódios, sejam eles épicos, pitorescos, dramáticos e educacionais, Diamantina foi e é até hoje considerada um grande centro da história mineira. Essa cidade é considerada histórica por causa de sua tradição em arte, por estar inserida em um circuito turístico-histórico, pelo fato de ser considerada na história como uma das principais cidades da colonização brasileira, e também pelo marco financeiro que esta proporcionou a Portugal, a Europa e ao Brasil.

Portugal em sua busca incessante por riqueza organizava várias expedições pelo território brasileiro, dando ênfase ao território da Província Mineira, já que no Arraial do Tijuco, uma área grande deste território, posteriormente denominado Diamantina, foram encontrados diamantes em grande quantidade na última década do século XVII. Sendo assim, a mineração surgiu como uma importante atividade econômica a qual sustentou essa cidade e as cidades ao seu redor.

A mineração de diamantes e ouro foi a principal atividade econômica dos moradores do Arraial do Tijuco e áreas vizinhas. Ela fez crescer a população, o comércio e a lavoura. O diamante e o ouro eram retirados do cascalho do leito dos rios, das margens ou a meia encosta (grupiaras). O trabalho pesado necessário para retirá-lo era feito pelos escravos a serviço dos contratadores ou da Real Intendência dos Diamantes (MARTINS, 1996, p. 9).

A Real Intendência dos Diamantes foi criada por um “contratador” a fim de centralizar os lucros nas mãos do Rei de Portugal. Centralização que seria feita através de contratos com o objetivo principal de controlar quais as pessoas que poderiam extrair o diamante no Arraial do Tijuco. Essas áreas, denominadas posteriormente de Distrito Diamantino, eram vigiadas por soldados de confiança do Rei.

Também no nosso arraial, em contraste gritante com a miséria imposta ao sacrificados mineiros, os famosos contratadores de diamante apresentaram, em certa época, aos olhos deslumbrados não somente dos seus habitantes como de toda a Província, da Colônia e mesmo de estrangeiros que nos visitavam, uma pequena Corte mais suntuosa, mais rica e cheia de requintes que a própria Corte dos Vice-Reis do Rio de Janeiro (MINAS GERAIS, 1983, p 29).

A partir daí é possível chegar a conclusão de que os homens “contratadores” escreveram na história mineira uma administração rude; eles tinham como principal objetivo chegar ao lucro incessante com a exploração dos minérios que essa Província e, principalmente, a cidade de Diamantina ofereciam.

A Real Intendência de Diamantes teve duração até após D. Pedro decretar a Independência do Brasil. Esse órgão real tinha como objetivo principal a centralização da mineração de diamantes, e também transportar o ouro e o diamante para Europa e Portugal.

Mas, com o passar do tempo, levando consigo os homens, as coisas, as instituições, chegou ao Tijuco, como para toda Minas, a hora da libertação, quando da nossa Independência á criação do Império do Brasil. Ficaram livres os tijucanos, e com eles todos os habitantes da Gerais, daquelas leis execráveis, de arrocho e compressão, tão bem aplicadas, sob os mais condenáveis excessos, pelos famigerados intendentes e seu beaguins. Pode o povo respirar livremente. Verificou-se, porém, que a liberdade sonhada e tão demorada, chegara, é bem verdade, mas sua chegada coincidindo com o fim, o esgotamento de toda a riqueza da terra, no que se referia ao ouro e aos diamantes (MINAS GERAIS, 1983, p. 30).

Para entender melhor o que acontecia na época, é preciso deixar claro que essa riqueza adquirida ficou, a maior parte dela, centralizada na Metrópole e nas mãos das famílias brasileiras poderosas, entre elas, as mineiras que se beneficiaram com esta riqueza. Na cidade do Arraial do Tijuco (Diamantina) houve a construção de grandes monumentos artístico-históricos, como: a *Igreja do Rosário*, construída em 1728, que contém imagens lapidadas em ouro, como a *Pietá*, que está atualmente na sacristia; o *Chafariz do Rosário* localizado na Praça desta mesma Igreja foi construído em 1787; e a *Igreja do Carmo*, construída no auge da grande metrópole em 1751. Diamantina insere-se na ideia de cidade civilizada neste primeiro momento de grandes construções no Brasil, resultante da ideia de “civilização” mineira (SILVA, 1975).

Já que a mineração era uma das principais atividades econômicas desse Arraial e de áreas vizinhas, seu destaque é merecido, pois foi através dessa cidade que o comércio, a lavoura e a população tiveram um crescimento expressivo e favorável para o desenvolvimento da região. Necessário ressaltar que essa exploração de minério contava única e exclusivamente com o trabalho da mão de obra escrava.

Nas lavras, os escravos ficavam muito tempo dentro d'água, eram mal alimentados e vestidos. Por isso quando não morriam em acidentes, acabavam ficando doentes. Em pouco tempo, estavam inutilizados ou morriam. Por isso, era preciso sempre comprar novos escravos. A Vila Príncipe (atual Serro) era o único lugar onde o comércio de negros era permitido pelo Rei de Portugal. Muitos moradores do Arraial do Tijuco compravam escravos e, depois, alugavam seus cativos para contratadores ou para a Real Intendência, vivendo da renda assim conseguida (MARTINS, 1996, p. 10).

Já na agricultura destacou-se o cultivo de mandioca, milho, feijão e arroz, além da criação de gado, atividade realizada, muitas vezes, em pequenas fazendas e sítios. O transporte dos animais era feito pelos *tropeiros*¹.

Tais homens foram responsáveis pela formação de um grande movimento de comércio que acabou interligando diferentes e longínquas áreas da colônia. Sua ação teve como base a comercialização de bens importados da Europa, além do comércio de mulas provenientes das grandes fazendas produtoras no Rio Grande do Sul. O destino dos produtos era o exigente mercado consumidor das Minas Gerais, aquecido pelas descobertas das jazidas auríferas e diamantinas (PASSETTI, 1999, p. 1.).

¹ Entende-se por tropeiros, de acordo com (SILVA, 1975), homens que faziam o transporte de produtos tanto de luxo quanto alimentício na região da Província Mineira tal como em todo território brasileiro.

Em relação à sociedade local, é necessário destacar que as pessoas mais importantes dessa região eram os grandes proprietários de terra e proprietários de escravos.

As pessoas mais importantes do Arraial do Tijuco eram os grandes proprietários de escravos ligados à mineração, os grandes comerciantes e os altos funcionários da administração colonial. As pessoas menos importantes eram homens livres pobres e os escravos (MARTINS, 1996, p.15).

Também devem ser apontados outros membros na sociedade Tijucana, tais como: padres, soldados, artesãos, oficiais, pequenos comerciantes e funcionários do governo, havendo poucos profissionais liberais (MARTINS, 1996).

Além da exploração de diamantes e ouro em Arraial do Tijuco (Diamantina), existia também, nessa época, importantes atividades como a fabricação de pólvora e a extração do salitre. Esses produtos formavam exemplos claros de riqueza para os mineiros, encontrados no Arraial do Tijuco, nome oriundo do “vocabulário indígena que quer dizer lama, “*ty-yuc*, ‘líquido corrupto ou podre, lama, brejo’” (MACHADO FILHO, 1972, p. 9).

Algumas datas merecem destaque nos anos posteriores à Independência como, por exemplo: no período regencial, em 1831. Nessa data, a Vila do Tijuco é elevada à categoria de município. Essa Vila era formada por três núcleos populacionais: 1º) Arraiais do Rio Grande; 2º) Arraial de Cima, que ficava localizado na meia encosta da Serra de Santo Antonio e, 3º) Arraial de Baixo, localizado nas encostas do rio voltadas para a Palha. Posteriormente, surge o Arraial dos Forros ou Macau, que se localizava nas beiradas do córrego da Caridade.

Os quatros arraiais permaneceram mais ou menos isolados, sem arruamentos e construções definitivas até que, em decorrência do crescimento da produção do diamante, do aumento da população e da chegada de número cada vez maior de autoridades do governo colonial, começaram a aparecer ruas e caminhos ligando esses arraiais. Surgiu, por volta da metade do século XVIII, o traçado urbano básico do Tijuco, o núcleo histórico da cidade (MARTINS, 1996, p. 33)

Diamantina neste cenário, primeiramente denominada Arraial do Tijuco, foi elevada à categoria de município no ano de 1831. Já no ano de 1832 através da reorganização administrativa é instalada a primeira Câmara Municipal da cidade. Além disso, através da Lei provincial nº 93 de 06/03/1838 é elevada a categoria de cidade (SILVA, 1975).

Antes de encerrar esta parte sobre o histórico geral de Diamantina, é necessário destacar que, desde os anos Imperiais, passando pelos anos após a Proclamação da República até os dias atuais, as festas comemorativas dessa cidade foram e ainda são de grande importância para a população.

Diamantina era uma cidade alegre. As reuniões caseiras, com fartura de bebidas e comidas, faziam-se freqüentemente e terminavam em cantorias nostálgicas e conhecidas por coretos. A festa do Divino, durava vários dias com muita alegria. A pompa variava de acordo com o Imperador escolhido. A Semana Santa de início fúnebre, envolta em silêncio, terminava ruidosamente com o romper da aleluia e a queima do Judas no sábado. O baile de máscaras, no Carnaval, as festas juninas, os bailes familiares, as comemorações cívicas completavam o ciclo de divertimentos. Vivia-se bem e alegremente, no fim do século passado, mesmo na ausência de luz elétrica, água encanada e outros confortos atuais (MINAS GERAIS, 1983, p. 46).

Deve-se ressaltar que a cultura local dessa cidade foi de grande importância para os estudos na época e continua sendo para os estudos nos dias atuais. Por esse motivo, a cidade de Diamantina foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1938, e, no final dos anos 1990, recebeu da UNESCO título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

As ideias educacionais que faziam parte dessas comunidades distanciam-se muito do que chamamos hoje de Pedagogia. O Índio era educado pelo seu superior (pai, mãe, pajé e chefes da tribo), e a educação era baseada em três pontos específicos:

[...] a força da tradição, constituída por um saber puro, orientador das ações e decisões do homem; a força da ação, que configura a educação como um verdadeiro aprender fazendo; e a força do exemplo, pelo qual cada indivíduo adulto e, particularmente, os velhos ficavam imbuídos da necessidade de considerar suas ações como modelares, expressando em seus comportamentos e palavras o conteúdo da tradição oral. (SAVIANI, 2008, p. 38).

Os colonizadores europeus ficaram perplexos diante da situação que encontraram em terras brasileiras, já que a educação entre os índios não tinha sequer a elaboração de pensamento crítico se comparados aos ideais europeus. As ideias da tradição cultural eram passadas aos índios sem discussão e sem “manuseio” de pensamento. Os portugueses então acreditavam que a educação religiosa seria a melhor maneira para impor regras e modos de vida para essa “comunidade” que, na perspectiva dos europeus, estava totalmente perdida.

A colonização visava, a “grosso modo”, a exploração de terras, colocando as técnicas e os valores culturais dos colonizadores como única verdade, sem que a religião ficasse fora desse contexto, já que o objetivo principal era o de buscar fiéis para a prática católica cristã (SAVIANI, 2008). Não é de se estranhar, já que os europeus se diziam civilizados e donos da verdade, que houve a tentativa de impor os modos de vida europeus, sobretudo o português, no Brasil e mais especificamente em Diamantina, nosso objeto de estudo. Nessa cidade, havia

várias tribos indígenas que acabaram sendo comandadas pelos portugueses, bem como o modo de vida desses últimos acabou também sendo imposto aos índios. Houve muita resistência por parte dos indígenas, mas essa resistência, como já dissemos anteriormente, não amenizou o quase que total desaparecimento dos índios em Minas Gerais. Segundo Martins, a “matança de índios foi tão grande que, hoje, quase não há vestígios deles em todo o nordeste mineiro.” (MARTINS, 1996, p.06).

A educação instituída no processo de colonização tinha como objetivo principal a dimensão religiosa, ou seja, ligar o politeísmo praticado por esses grupos em questão, ao pecado, e empregar o monoteísmo como verdade única, acabada e indiscutível. Tal processo visava atingir a homogeneidade, colocando Deus (de acordo com a visão Católica) como fonte original do mundo e fazer com que os indígenas acreditassem nessa imposição. Além disso, uma das propostas jesuíticas na perspectiva educacional foi o ensino da Língua Portuguesa para os indígenas, bem como o canto orfeônico e, posteriormente, a música instrumental (SAVIANI, 2008).

Nesse período, século XVI, existiram vários grupos de religiosos católicos que tentavam impor sua doutrina por todo o território brasileiro conquistado. Além de franciscanos e beneditinos, outras ordens religiosas estiveram presentes no processo de colonização do Brasil, como os carmelitas, mercedários, oratorianos e capuchinhos, além dos jesuítas; nesse sentido os franciscanos e os jesuítas já desenvolviam algumas atividades educativas na metrópole, Portugal. E é lógico que os indígenas não aceitavam tal imposição sem nenhuma reação; como sabemos, na história não existe a ideia de dominante/dominado sem haver conflito entre estes (SAVIANI, 2008).

Os Jesuítas podem ser considerados como precursores do que se pode chamar de pedagogia no Brasil, já que aos mesmos coube o papel da educação colonial. Seus processos educacionais obtiveram universalmente um caráter elitista; porém, no Brasil, mais inicialmente este plano pedagógico foi aplicado aos filhos de colonos, excluindo qualquer possibilidade dos indígenas adquirirem esse tipo de educação.

Não podemos perder de vista que os limites históricos e geográficos deste período iniciam-se, praticamente, nos primeiros anos do descobrimento e, mais precisamente, com a vinda dos primeiros jesuítas liderados pelo Padre Manoel da Nóbrega em 1549. Com a expulsão dos mesmos em 1759, podemos dizer que a Companhia de Jesus atuou no Brasil colônia cerca de 210 anos. Portanto, em um período de longa duração (CASIMIRO, 2009. p.1).

A estratificação social foi outro ponto importante para que houvesse a exclusão dos indígenas, pois dentre os planos adotados para a educação no Brasil, o que foi empregado para os indígenas foi o plano Nóbrega, que visava iniciação à escola. Era empregado o aprendizado da Língua Portuguesa, iniciação à leitura e à escrita, além da Teologia, fundamental neste período, que abarca mais ou menos os dois primeiros séculos da História do Brasil.

O Ideário Pedagógico da expressão e do método *Ratio Studiorum*, denominação utilizada por Saviani (2008, p. 56), corresponde ao que conhecemos nos dias atuais como Pedagogia Tradicional, ou seja, a educação como fomentadora de ideias de modelagem do indivíduo para que este consiga conviver em sociedade, além de ser sempre ligada a aspectos filosóficos e teológicos (SAVIANI, 2008).

Se pensarmos a educação como forma de mudança da sociedade, podemos chegar à conclusão de que no Brasil a ideia de educação estava nascendo e que os Jesuítas foram os principais agentes desse Ideário Pedagógico, mesmo sabendo que seu principal objetivo não era a educação escolar e sim a cristianização dos povos coloniais.

A Ordem dos Jesuítas não foi, entretanto, criada só com fins educacionais; ademais, é provável que no começo de suas atividades educacionais, não figurassem esses fins entre os seus propósitos, uma vez que a confissão, a pregação e a catequização eram as prioridades (SAVIANI, 2008).

Os “exercícios espirituais” transformaram-se no principal recurso, para arrebanhar maior número de fiéis, os quais exerceram enorme influência anímica e religiosa entre os adultos. Todavia, pouco a pouco, a educação ocupou um dos lugares mais importantes, senão o mais importante, entre as atividades dos Jesuítas.

A Companhia de Jesus foi fundada em pleno desenrolar do movimento de reação da Igreja Católica contra a Reforma Protestante, podendo ser considerada um dos principais instrumentos da Contra-Reforma nessa luta. Tinha como objetivo sustar o grande avanço protestante da época e, para isso, utilizou-se de duas estratégias: a educação dos homens e dos indígenas, e a ação missionária, por meio das quais procuraram converter à fé católica os povos das regiões que estavam sendo colonizadas (MACIEL e NETO, 2006).

1.2.2 Grandes transformações na Instrução Pública Brasileira sob influência do Período Pombalino dos anos de 1759 a 1822.

1.2.3 Reformas educacionais sob influência clara do Iluminismo Europeu

No ambiente europeu, ocorriam diversas transformações no âmbito cultural, social e até político. Grupos com ideias iluministas eram formados com o objetivo de implantar a racionalização das ideias.

O Período Pombalino, no Brasil, foi marcado por grandes transformações, desde a base social até a educacional. Sebastião José Carvalho e Melo, posteriormente denominado Marques de Pombal, fazia parte de um grupo de pensadores portugueses que acreditavam que as ideias iluministas, aplicadas na Europa, poderiam dar certo em Portugal e em suas colônias. Essas ideias se baseavam no desenvolvimento cultural através do “derramamento das luzes da Razão”.

Inserido no Governo de Dom José I, Marquês de Pombal participou de vários decretos ou alvarás que mexeram com a estrutura do país, nesse caso, Portugal.

Este procurou desenvolver um programa de reorganização econômica, social, administrativa, judicial e, sobretudo, política de Portugal e suas conquistas. Foi Pombal quem estendeu essas ações para fixar as fronteiras brasileiras e manter a unidade do Vice-Reino. (FLEXOR, 2004, p.1 e 2).

Na educação, Pombal elaborou várias reformas, desde Reforma dos estudos de Menores, Reforma de Estudo dos Maiores (Universidade de Coimbra), Reformas nas escolas de primeiras letras e várias outras que foram empregadas para melhoria do ensino de Portugal, com a intenção de empregar o ideário iluminista na Instrução Pública.

As Reformas Pombalinas no Brasil se iniciaram no ano de 1759, e desde que foram decretadas sugeriam a expulsão dos jesuítas de Portugal e do Brasil, pois acreditavam que o ensino que estes propunham era um atraso para a educação e para o desenvolvimento das ideias iluministas que estavam a grande vapor na Europa (SAVIANNI, 2008).

Com a expulsão dos Jesuítas, declarada pela lei de 3 de setembro de 1759, pela qual o Rei Dom José I ordenou que os religiosos da Companhia de Jesus fossem abolidos e/ou exterminados do território português e de todas as terras além mar, empregaram-se valores educacionais no país nunca vistos antes. O processo do Iluminismo foi um momento de grandes transformações. Na pedagogia, a luta foi para que todos recebessem instrução de maneira igualitária, mas sabemos que somente as pessoas de classes mais altas é que tiveram

esse privilégio. A instrução no Brasil ficava assim dividida: a burguesia fazia os primeiros cursos no Brasil e quando atingia a maior idade se deslocavam até Portugal para estudar na Universidade de Coimbra; já a população pobre, a maioria analfabeta, não tinha essa possibilidade (SAVIANNI, 2008).

O processo de implantação das Reformas Pombalinas no Brasil foi lento; tanto por causa das resistências encontradas quanto pelo ambiente que se mostrava completamente diferente do europeu. Até mesmo com as aulas régias², as reformas foram instituídas em somente algumas partes do território brasileiro, geralmente em estados de grande concentração européia, ou mesmo no litoral e nas capitais onde havia maior concentração de pessoas (SAVIANNI, 2008).

Em Minas Gerais, a influência do período pombalino é notável, porém o ensino já precário é agravado com a expulsão dos jesuítas, ficando a educação à deriva, constituindo assim um pequeno número de letrados em detrimento de uma maioria analfabeta. Dessa forma, é perceptível a dificuldade que se tinha em implantar ideias revolucionárias para construção de uma Nação, já que a maioria dos brasileiros continuava na ignorância, sendo altíssimo o índice de analfabetismo. (SAVIANI, 2008; ROMANELLI, 2009).

Mesmo assim, Minas Gerais se constituía em um Estado rico economicamente, pois a extração de ouro nesse período era fortíssima, e era a atividade que Portugal acreditava ser a mais importante. Em Diamantina, essas reformas caminhavam a passos curtos, visto que o que saltou aos olhos dos europeus, principalmente dos portugueses, foi a descoberta de diamante.

Em 1730, a região do Arraial do Tijuco passa a ser chamada de Distrito Diamantino. Quando o Rei de Portugal toma conhecimento do valor desse distrito, organiza a extração dessa pedra preciosa da maneira que melhor lhe convinha por meio de decreto. Ou seja, no início qualquer pessoa podia procurar diamantes na região do Distrito Diamantino, depois de estabelecido o decreto, essa atividade não poderia mais ocorrer de forma aleatória.

Em 1740, quando o Rei de Portugal percebe que a quantidade e qualidade das pedras eram de grande valor, organiza “uma ‘empresa’ dirigida por funcionários reais, que monopolizou mineração de diamantes”. Assim, Portugal passou a explorar diretamente a riqueza que havia no Distrito Diamantino. (MARTINS, 1996, p.8).

O Rei Dom João I morre em 1777 e sobe ao trono de Portugal sua filha Dona Maria I. Neste meio tempo o Marquês de Pombal foi demitido e Dona Maria I implanta um ambiente

² Aulas de disciplinas isoladas, geralmente ministradas na casa dos próprios professores (SAVIANNI, 2008).

cultural diferente de ideias que vinham sendo implantadas na educação, porém mesmo com algumas inovações, não ocorreram mudanças significativas no campo educacional, mantendo assim a base da Reforma Pombalina (SAVIANNI, 2008).

No ano de 1792, Dom João, que posteriormente vem a se tornar Dom João VI, assume o governo em Portugal, já que sua mãe foi afastada por problemas de saúde. Nesse período as aulas régias se espalham pelo Brasil; a maioria dos alunos era de classe média alta ou pertencentes à pequena burguesia que, como dissemos, iniciavam sua instrução no Brasil e a continuavam em Portugal, França ou Inglaterra.

Mesmo com as aulas régias em primeiro plano, o estudo em seminários e colégios dirigidos por congregações religiosas continuou acontecendo. Foram construídos vários seminários para formação de padres “naturais da terra”, inclusive em Minas Gerais; dentre eles, “o Seminário de Nossa Senhora de Boa Morte, que ficou conhecido como Seminário de Mariana”, construído em 1750 (SAVIANI, 2008, p.108).

Em 1808, a família real chega ao Brasil. Nesta nova fase as Reformas Pombalinas continuam sendo aplicadas. A Corte cria algumas academias de cunho militar e a faculdade de Medicina na Bahia, inserindo algumas disciplinas que não existiam antes, e cria também alguns cursos como o de economia. É importante esclarecer que neste período, século XVII, as Reformas Pombalinas no Brasil tiveram como objetivo tornar a relação educação/ideologia religiosa mais “harmônica”, já que um dos principais aspectos dessas reformas era o de ressaltar o privilégio do Estado, forte e atuante em matéria de instrução (SAVIANNI, 2008).

Portugal tinha certo receio de que essas reformas pudessem, por meio do ensino, difundir ideias de liberdade e emancipacionistas na colônia, visto que o iluminismo estava a todo vapor. Então, o financiamento para a educação no Brasil diminui devido ao receio de Portugal considerar que tais ideias pudessem atingir o Brasil, já que haviam movimentos isolados por todo o país nesse sentido.

1.3 A Instrução Pública no Império Brasileiro nos anos de 1822-1889

1.3.1 Da base da Cristandade às luzes da Razão

Para compreender este século de grandes transformações, é preciso correlacionar o que estava ocorrendo no contexto mundial com a realidade brasileira, nos quesitos econômico, político, cultural e, principalmente, educacional. É preciso também correlacionar o que estava

ocorrendo na Província Mineira, mais especialmente em Diamantina, com o que estava acontecendo em termos de Instrução Pública no mundo.

A base filosófica das grandes revoluções ocorridas no final do século XVIII estava ligada à liberdade de pensamento, à igualdade jurídica e ao rompimento com a sociedade do Antigo Regime. Portugal, para beneficiar-se da exploração do território brasileiro, teria de criar condições para seu próprio desenvolvimento, assim implanta ideias liberais no território Português sem que houvesse desarmonia com o pensamento tradicional Cristão incorporado na exploração do território brasileiro. “Queria-se adotar o liberalismo, mas desejava-se conciliar com a tradição.” (SAVIANI, 2008, p.118).

Com a consagração de ideias iluministas advindas da Revolução Francesa em 1789, pregava-se que os países, para seu desenvolvimento, necessitavam de uma Constituição, e que esta deveria ser um documento escrito, ou seja, um contrato entre cidadãos e governo. Assim em 1823, convocada por Dom Pedro I, houve a primeira Assembléia Constituinte, na qual se pregava que o Brasil deveria ser representado por um poder central, no caso, o Rei. Além disso, nessa Assembléia Nacional Constituinte e Legislativa no dia 3 de junho de 1823, em seu discurso, Dom Pedro I destaca a necessidade da construção de uma legislação especial sobre a Instrução Pública. Verificava assim uma urgência na organização de um sistema de escolas públicas no Brasil, devendo posteriormente ser implantado em todo o território brasileiro. Isso significava o início de muitos debates futuros a respeito do ensino. Mesmo porque a Educação no Brasil era precária e seguia o modelo francês, sendo que a Europa era o espelho para o mundo e a França espelho para Europa, Portugal e Brasil.

O Brasil era representado na política por dois partidos, o Partido Português e o Partido Brasileiro. O Partido Português constituía-se por comerciantes (que tinham o monopólio do comércio) e altos funcionários (inclusive militares) que eram próximos a Dom Pedro I. Estes faziam a defesa de plenos poderes para o Imperador, sendo classificados como a Classe Absolutista no Brasil. O Partido Brasileiro era composto por grandes proprietários comerciais e de terras e aceitavam que o poder executivo estivesse nas mãos do Imperador, porém, faziam vigilância dos seus direitos através do poder legislativo, sendo representados pelos deputados e senadores no Congresso. Havia também os chamados Radicais, estes não se constituíam em um partido, mas em um grupo de contestação, inspirados na Revolução Francesa; lutavam por direitos de cidadania mais ampla como direito a voto, liberdade de imprensa e limites na autoridade do Imperador.

Convém ressaltar que o liberalismo no Brasil tinha características próprias. Para a classe de grandes proprietários de terra, traficantes de escravos e grandes comerciantes, ser

liberal era querer a soberania nacional por meio da liberdade de comércio. Esse grupo político não raciocinava em uma linha democrática, e muito menos pensava em um direito de igualdade do povo.

Na educação essas tendências liberais se infiltraram durante quase todo o século XIX com técnicas francesas de Instrução Pública em escolas mineiras. A instrução primária em Minas Gerais³, nas primeiras décadas do período Imperial era muito deficiente, assim como em todo o Brasil. Como havia muitas despesas nessa área, a partir de 1776 passou a ser cobrado um imposto denominado “subsídio literário”, cujo intuito era o de manter, mesmo que poucas, as escolas situadas nesta capitania de Minas Gerais. (MOURÃO, 1959).

Após a Independência do Brasil, os primeiros pensamentos voltaram-se para a construção do ensino superior nessa capitania, sob influência da Universidade de Coimbra, em Portugal. Foram propostas algumas leis que possibilitavam a implantação de uma Universidade na Província, porém essas leis estavam longe de ser concluídas, já que as autoridades não conseguiam promover ou manter, com êxito, nem mesmo o ensino elementar. No dia 15 de fevereiro de 1827, o Conselheiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, propõe em Minas Gerais, a criação de escolas primárias, alguns cursos técnicos e posteriormente cursos superiores (MOURÃO, 1959; SAVIANI, 2008).

No ano posterior, 1828, por meio da Ata da Sessão do Governo da Província, foi pedida a criação de algumas escolas na Província Mineira, ao todo 87 escolas para ambos os sexos (masculino e feminino). Arraial do Tijuco, posteriormente Diamantina, foi uma das localidades beneficiadas. As escolas deveriam manter tanto as cadeiras de Gramática Latina, quanto do ensino elementar, ou seja, devia-se ensinar apenas leitura e escrita, e o ensino das quatro operações aritméticas (MOURÃO, 1959; MINAS GERAIS, 1893).

Até 1835 não houve qualquer mudança substancial no ensino, entretanto nesse ano promulga-se a primeira lei orgânica do ensino primário em Minas Gerais, além de serem criados estabelecimentos para o ensino de catequese. “Não houve, pois, modificações de vulto, até o ano de 1835, quando foi feita a primeira lei orgânica do ensino primário em Minas” (MOURÃO, 1959. p.7).

Até esse ano a Instrução Pública na Província Mineira não havia sofrido uma organização efetiva ou uma reforma de base que pudesse fugir da rotina que lhe fora imposta desde o início dos tempos coloniais. A Lei Mineira de nº13, do dia 28 de Março de 1835, posteriormente completada pelo regulamento nº3, fixou normas para sua execução que

³ Antes chamada de província Mineira se constituiu como Estado de Minas Gerais após a Proclamação da República

permitiu um progresso no ensino elementar. Seu objetivo principal era o de determinar que as escolas de 2º grau fossem localizadas nas cidades e/ou vilas, enquanto que as de 1º grau deveriam ser localizadas nos arraiais ou povoações que teriam de ser frequentados por, pelo menos, 24 alunos. Além disso, a lei fixou a seleção de candidatos para o magistério, exigindo que estes fossem aprovados no curso da Escola Normal. Foi também decretada multa para pais ou responsáveis por menores de 18 anos que não frequentassem as escolas e/ou não recebessem instrução (MOURÃO, 1959; GOUVEIA e ROSA, 2000).

O interessante dessa lei é que no seu artigo 29º o governo era habilitado a nomear em cada Comarca um Delegado e um Suplente. O objetivo dessas nomeações era o de manter a ordem no espaço de atuação, em que se deveria verificar desde a frequência de professores nas aulas, a suspensão dos mesmos por algum motivo grave e até a nomeação de substituto na sua falta (MOURÃO, 1959). Para que essa lei fosse cumprida o governo dividiu a Província Mineira em 15 Círculos Literários, com o objetivo de manter a ordem; cada Círculo Literário deveria ser chefiado por um Delegado, nomeado pelo governo, assim como deveria atender as cidades, vilas, arraiais, freguesias ou capelas. O objetivo principal desses Círculos era o de manter a ordem e expandir a instrução na Província Mineira centralizando a instrução em grupos pequenos, muitas vezes a cidade sede escolhida teria uma única escola para atender todas as cidadezinhas ao seu redor (MOURÃO, 1959). Segundo Mourão (1959), a cidade sede de Diamantina fazia parte do 5º Círculo Literário, atendendo várias cidades ao seu redor, dentre elas: Gouveia, São Sebastião das Correntes, Penha, Senhora do Porto, Distrito de Araçuaí, Rio Vermelho, Rio do Peixe e São Sebastião.

Posteriormente, outra lei dividiu a Província de Minas Gerais em 20 Círculos Literários. A Portaria de 9 de Fevereiro de 1837 exigiu que seus respectivos Delegados enviassem para o governo da Província mapas referentes às atividades da área sob sua responsabilidade. Esses mapas deveriam conter: frequência de alunos, quantia mensal a ser endereçada a cada Círculo, bem como o investimento desse dinheiro tanto para pagamento de contas, quanto para a criação de novas escolas (MOURÃO, 1959; MINAS GERAIS, 1893).

Várias escolas desses Círculos deixavam de ter a frequência legal de alunos, embora a lei propusesse a vigília da frequência de alunos observando a atitude de seus pais, impondo sob pena de multa o aluno que não tivesse uma frequência assídua. Muitos acabavam por não frequentar a escola por vários motivos, dentre eles a distância. Em algumas regiões a escola se localizava muito distante das casas das famílias. Outro ponto a ressaltar foi a diminuição das frequências por doenças temidas pela população em todo o Brasil, como a febre amarela e

outras de caráter epidêmico. E por fim, o recrutamento militar. (MOURÃO, 1959; (MINAS GERAIS, 1893).

Ao governo também eram enviados mapas referentes a escolas particulares, por meio dos Delegados do Círculo Literário. De acordo com os dados obtidos, algumas medidas foram tomadas para evitar a diminuição de alunos nas escolas. O Juiz de Paz ficaria encarregado de fornecer uma relação de nomes de meninos de 8 a 14 anos da localidade em que atuava, para que o governo tivesse controle em relação a quem estava estudando sob a responsabilidade dos pais; além disso, em relação ao serviço militar, o professor poderia emitir um documento para isentar este aluno de prestar tal serviço. Todos estes requerimentos foram propostos no artigo 9º da lei nº 13 de 28 de março de 1835 (MOURÃO, 1959).

Nos primeiros anos da Independência do Brasil, e durante quase todo o século XIX, o ensino sofre uma carregada influência dos métodos culturais e educacionais utilizados na França, desde sua estrutura como: exposição das disciplinas, relação professor/aluno, até sua base em livros pedagógicos, estes publicados por autores franceses. As autoridades mineiras, preocupadas em melhor orientar a instrução recebida por esses alunos, delegam dois técnicos para opinar e elaborar modificações para que o ensino mineiro melhorasse. Um desses técnicos, Francisco de Assis Peregrino, elabora métodos de ensino contingente para a evolução educacional mineira. Esses consistiam em verificar a disciplina dos alunos através de horários, punições e recompensas, tendo o ensino como base a moral Cristã e de bons costumes (MOURÃO, 1959; ROMANELLI, 2009; CAMBI, 1999).

As seleções de mestres (professores) até o ano de 1842 eram feitas por meio de concursos públicos e as demissões apareciam quando havia um motivo justo. Algumas demissões de professores que ocorreram nesse período tinham como principal motivo tentar impedir que as ideias liberais pudessem se transformar em uma Revolta. Algumas suspensões de professores ligados a essas ideias foram feitas na Província Mineira; desde professores de História, Geografia, Francês e professores que ministravam aulas tanto no ensino primário quanto no ensino de 2º grau. Neste mesmo ano houve demissões de delegados dos Círculos literários. “Assim foi demitido Basílio de Araujo da Cunha e Alvarenga, delegado do 14º Círculo Literário, em 28 de maio de 1842” (MOURÃO, 1959, p.31). Sabemos, porém, que dois anos depois, em 1844, o Partido Liberal sobe ao poder e essas suspensões são revistas, reintegrando esses professores aos seus respectivos cargos (MOURÃO, 1959; MINAS GERAIS, 1893).

Por três anos a Escola Normal da capital prestou serviços no quesito formação de professores primários. Em 1847, sob o artigo 3º da lei 311 de 8 de Abril de 1846, iniciava-se a

preparação de professores para o ensino misto, já que métodos anteriores como: individual, simultâneo e mútuo para classes numerosas, como era o caso da Província Mineira, não deram certo. O melhor a se fazer era integrar os alunos do sexo masculino e feminino em um só espaço (MOURÃO, 1959; MINAS GERAIS, 1894)

O ensino durante o Império era motivo de constante preocupação por parte das autoridades, no sentido de fazerem cumprir leis e regulamentos a fim de aumentar a eficiência no ensino de crianças e adolescentes na Província; isso tanto no ensino individual, quanto no mútuo e misto. Podemos assim destacar a Lei mineira nº311, de 08-04-1846, sendo o objetivo principal a adoção, nas escolas primárias da Província Mineira, do chamado método simultâneo (MOURÃO, 1959).

De acordo com o artigo 7º da lei nº13, de 28 de março de 1835, ficou instaurada a construção de uma Escola Normal na capital da Província Mineira, Ouro Preto. E no dia 5 de março do ano de 1840, sob a direção de Francisco de Assis Peregrino é inaugurada a primeira Escola Normal na Província Mineira. Este, com formação francesa, pregou a existência do ensino simultâneo, pois o mesmo acreditava que em grandes populações, como era o caso da Província Mineira, o ensino individual era descartável sendo considerado inadequado a classes numerosas (MOURÃO, 1959; GOUVEIA E ROSA, 2000).

Em relação ao Ensino Misto, para os professores poderem ministrar aulas eram mandados para a capital a fim de se habilitarem em cursos que tinham a duração de, no máximo, dois meses. Além disso, esses professores deveriam ser aprovados em exames, “[...] como teve que prestar Luciano Maria de Menezes e Araújo, de Diamantina, a que marcaram, para esse fim, o dia 4 de novembro de 1847.” (MOURÃO, 1959. p.35). Essa prova, que o professor faria para ser habilitado a dar aulas, era escrita e se fazia necessária a sua aprovação já que este só poderia atuar se recebesse um diploma confirmando esta aprovação.

Mesmo no ensino misto na Província Mineira, o método que se utilizava para aprendizagem era o de leitura e lições de aritmética, e a base da educação ainda mantinha-se na Doutrina Cristã. “Aos sábados havia uma hora para Doutrina Cristã. As aulas eram encerradas diariamente com um hino ao Santíssimo Sacramento.” (MOURÃO, 1959, p.42).

A partir de 1854, quando os colégios do ensino médio começaram a se multiplicar na Província Mineira, os jovens que não se sentiam atraídos pelo comércio adotaram o magistério como principal fonte de sobrevivência, pois era por meio do magistério que esses homens poderiam atuar como homens cultos no tempo do Império, podendo se tornar personagens conhecidos e de alto valor social (MOURÃO, 1959)

Mesmo com baixos salários, o que já se dava na época do Império, filhos de famílias tradicionais da Província Mineira, atuavam em cargos de Diretor, Vice Diretor e até Professor da Instrução Pública (MOURÃO, 1959; GOUVEIA e ROSA, 2000).

Interessante ressaltar é que mesmo com baixos salários os professores tinham por obrigação pagar com seu próprio salário o aluguel da sala de aula em que ministravam suas aulas.

No princípio da aplicação da Lei Orgânica do ensino primário em Minas, o aluguel da sala de aula era por conta do professor. A Lei nº 80 de 1837 previa o pagamento do aluguel restrito apenas às escolas de ensino mútuo de Ouro Preto e de São João Del Rei e as escolas que fossêm freqüentadas por mais de 60 alunos [...] para o aluguel mensal de casas ou salas destinadas às aulas de instrução primária era o seguinte, conforme referência em um documento de 4 de agosto de 1856 (C.619, fls. 115 e seguintes).

Escolas cuja freqüência fosse de 30 alunos nas cidades - 6\$000 mensais.

Freqüência de 25 ditos nas vilas - 5\$000.

De 20 nas paróquias - 4\$000

De 15 ditos nos distritos - 3\$000

Essas quantias poderiam ser aumentadas pelo governo e seriam adicionadas aos ordenados dos professores recebendo as estês trimestralmente. (MOURÃO, 1959, p.61).

Interessante percebermos que mesmo com ações burocráticas o ensino mineiro, através de regras que professores buscavam cumprir, mantinha um nível intelectual do professorado em alta. Mesmo por que podemos perceber que para o individuo lecionar necessitava ultrapassar grandes barreiras até se chegar a uma sala de aula, como é o caso o pagamento de aluguel feito pelos próprios professores.

Por incrível que possa parecer, e por mais que tenham sido colocadas em práticas algumas leis na Província Mineira em relação a Instrução Pública, o ensino sempre apresentou problemas sejam eles tanto na area administrativa quando na area de prática deste ensino.

No ano de 1861, o regulamento nº 44 de 3 de Abril de 1859, foi substituído pelo de nº 49 e teve algumas modificações em diversos pontos estabelecidos anteriormente. Os professores eram divididos em quatro categorias sendo elas: provisórios, interinos, efetivos e vitalícios; também aumentavam algumas cadeiras para dar aulas tanto para o sexo feminino quanto para o sexo masculino (MOURÃO, 1959). Mesmo com várias mudanças no ensino de Minas, a Província ainda não tinha encontrado o caminho certo para percorrer. O descaso de alguns professores mal preparados, a falta de incentivos financeiros e o orçamento do governo para a educação eram três dos principais indícios de que a educação em Minas Gerais não caminhava bem.

Em princípios de 1865, o ensino na Província havia melhorado apesar das diversas falhas atribuídas aos professores, bem como a fiscalização precária em toda a Província.

O Governo da Província, prestando informações ao Ministro do Império em 25 de Janeiro de 1865 dizia que se poderia afirmar não haver povoação de mil almas que não gozasse da vantagem de uma escola de primeiras letras, e ainda que poucas vilas e cidades não teriam então aulas de Latim e Francês. (MOURÃO, 1959, p.92).

No ano de 1867, o ensino primário na Província Mineira podia ser considerado limitado e tortuoso. As normas burocráticas para o devido ensino palpitavam na Instrução Pública Mineira e, de fato, havia por parte das autoridades a vontade de que essas leis fossem cumpridas. Porém, como já citamos, havia barreiras tais como: as más condições de trabalho para os professores, as tamanhas exigências para ministrar aulas, a falta de incentivo financeiro, e ainda falhas no cumprimento dos direitos trabalhistas por parte do governo. Outro ponto que merece destaque é que o vasto território da Província Mineira impedia uma boa fiscalização do governo, pois este tinha uma ideia fragmentada, de acordo com as notícias que chegavam, em relação ao que ocorria nas áreas mais distantes dos grandes centros (MOURÃO, 1959; GOUVEIA e ROSA, 2000).

No período Imperial, liberais e conservadores se alternavam nos cargos políticos da Província Mineira e, através desta troca, os Círculos Literários também sofriam modificações, desde exonerações, mudanças de cidades sede dos Círculos até demissões de professores por motivos justos ou não (MOURÃO, 1959). Diamantina, nesse período, era considerada uma cidade de grande significância, já que era sede do 5º Círculo Literário. E, segundo (MOURÃO, 1959), através da portaria de 25 de setembro de 1868 a sede deste Círculo é transferida para Piracicaba por motivos que não constam em nenhum documento.

Em 1869, no final do Império, a Doutrina Cristã e seus costumes, aprovada por lei em Cartório no artigo 108 do Regulamento nº 56, ainda era considerada obrigatória nas escolas, com o fim de manter a soberania católica nessa Província e em todo o país.

Após a elaboração de várias leis para a melhoria do ensino, em 11-04-1872 foi decretado um regulamento para reorganização da Instrução Pública Mineira e, mais tarde, em 21-03-1879, o regulamento nº 84, que foi decretado com a mesma finalidade, a de reorganizar o ensino público na Província de Minas. Porém, o que consta é que nenhum desses regulamentos parece ter promovido modificações substanciais na instrução elementar (MOURÃO, 1959).

Nos últimos anos do Império ocorreu o decreto da lei nº 3.185, de 13-08-1884, com a finalidade de autorizar o governo a subvencionar a Escola de Minas localizada na capital da Província Mineira, Ouro Preto. Com o investimento de 30:000\$000 anuais davam a oportunidade de investimentos para ampliações de laboratórios, criação de novas cadeiras, oportunidade na utilização de aparelhos e máquinas para a exploração científica na época (MOURÃO, 1959). É importante destacar que, neste mesmo ano de 1884, a Província Mineira foi dividida não mais em Círculos, mas em Circunscrições Literárias; sendo que suas sedes ficaram localizadas onde havia escolas normais, como é o caso de Diamantina, que foi sede da 3ª Circunscrição (MOURÃO, 1959).

Fica claro que, mesmo com tantas leis, a Instrução Pública da Província Mineira no final do Império deixou a desejar no quesito aplicabilidade correta das leis decretadas. Na Assembléia Legislativa da Província, legisladores davam ênfase em votações de leis para a “evolução” do ensino superior e técnico mais do que para a instrução elementar. E para organizar a Instrução Pública, em abril de 1872 o governo mineiro decretou um regulamento a fim de verificar a quantidade de cadeiras não ocupadas na instrução primária elementar, tanto para o sexo masculino quanto para o feminino. E ainda neste mesmo ano o governo instalou em algumas cidades da província cursos noturnos e um gabinete de leitura para assim atingir maior número de pessoas.

Na última década do Império, a população mineira chegava a dois milhões e quinhentos mil habitantes, destes, apenas 39.755 estavam matriculados em escolas da Província e o número de frequentadores não ultrapassava os 24.700 alunos (MOURÃO, 1959).

No ano da Proclamação da República, em 1889, a Instrução Pública Mineira estava em uma situação não muito favorável, pois o que o governo desejava era fazer uma reforma completa e radical para que esta instrução atingisse o patamar de aceitação deste governo e da população que aqui vivia.

1.4 Crise do Império e Proclamação da República

1.4.1 Brasil um país em constante desenvolvimento

A mudança de estrutura do domínio político anterior às Revoluções, que são consideradas burguesas (Revolução Industrial, Revolução Francesa e Revolução Norte Americana), se faz quando a burguesia não está mais satisfeita com o modelo empregado, ou

mesmo não está sendo-lhe gerado tanto lucro como gostaria. A insatisfação da burguesia em relação à forma de governo nesse caso específico, principalmente com a Revolução Industrial, é relacionada com a reivindicação da abertura do mercado consumidor, para que seus produtos tenham consumidores internos e externos a seu país.

O foco da Revolução Francesa é a busca da modernização (busca da liberdade, e também pode ser considerada uma revolução que busca o lucro incessantemente). E a Revolução Norte Americana teve como objetivo a busca de igualdade Social (nesse caso igualdade de consumir produtos que estão no mercado).

No Brasil, o primeiro Reinado foi um período de adaptação da Corte no Brasil e um período de grandes conflitos de diversas Províncias para a implantação da Independência. Em várias Províncias do território brasileiro houveram manifestações pela luta pela sobrevivência e melhores condições de vida já que a “Independência”, como se sabe, foi proclamada como “ato de sufoco” decorrente da situação em que Portugal se encontrava.

O segundo Reinado foi marcado pela esperança de estabilidade brasileira na qual podemos interpretar essa estabilidade como sendo prosperidade econômica assegurada pela expansão de um novo produto de exportação, o café. Ainda no segundo Reinado, houve profundas mudanças na sociedade, como a criação das primeiras indústrias brasileiras, implantação de ferrovias, e a participação do Brasil na Guerra do Paraguai, por interesse na consolidação de Estados Nacionais na região.

O Império, por assim dizer, é um período de “fundação” de um país. No Brasil, durante esse período, alguns processos impediram seu desenvolvimento, principalmente a escravidão, a ruralização e também o mercado pequeno para uma produção em grande escala européia.

A escravidão, a partir de meados dos anos de 1870, acabou sendo contestada por alguns setores da sociedade. Era incompatível o sistema brasileiro com o ambiente industrialista europeu. Anterior às Revoluções ditas burguesas, o sistema econômico na Europa era constituído pelo feudalismo e a riqueza era medida pelas grandes extensões de terra. No Brasil a escravidão africana e indígena pode ser considerada similar à servidão feudal, por alguns autores. Vejamos:

[...] a sociedade monárquica se diferenciava dos países civilizados pela sobrevivência de “monopólios” herdados do Antigo Regime: o monopólio da terra – a posse de grandes áreas territoriais designadas como latifúndias ou sucedâneas das formas de propriedade constituídas pelo “feudalismo”; e o monopólio do trabalho, referido à escravidão africana ou indígena,

consideradas como experiências símile da escravidão romana ou escravidão feudal. (MARSON, 2010, p. 166).

A escravidão era considerada um regime decadente pelos antigos impérios, ou melhor, o antigo regime era visto como barbárie, ignorante, de reclusão e alienante. Em contrapartida, a abertura de mercado e a extinção de impostos eram vistas como um passo para o progresso e a construção de uma nação brasileira forte e moderna.

A crise do Império foi considerada por alguns historiadores como “fase de transformação da estrutura colonial em moderna” (PRADO, 1963). Mas, como sabemos, a maioria das transformações ocorridas ao longo da História do Brasil foram apoiadas pela burguesia, pois era a maior interessada nas transformações ocorridas ao longo da História do mundo, e principalmente do Brasil.

O predomínio do conservadorismo no final do Império, e mesmo na República, impediu que a “evolução” econômica e social do país se completasse, nele convivendo lado a lado uma “civilização moderna que se emparelha a dos povos mais desenvolvidos da atualidade e formas antiquadas que sobraram da colônia.” (PRADO citado por MARSON, 2010, p. 176).

Assim permaneciam:

[...] um regime de trabalho neo-servil” ; a produção centrada em um produto; a falta das “bases de uma economia propriamente nacional” o insucesso de instituições e práticas políticas e jurídicas “mais compatíveis com a civilização e vida contemporâneas. (PRADO citado por MARSON, 2010, p. 176).

Na origem desses problemas estavam “grandes obstáculos”, antepostos por uma “sociedade caótica e instável”, o que não é de se estranhar já que o Brasil insistia em considerar os exemplos europeus como verdades únicas, entretanto inviáveis, pois a realidade do Brasil não se encaixava na realidade européia.

Com a internacionalização do mercado e o progresso das cidades, a transformação social e econômica no Brasil passa a ser contínua, em um processo de conjunção de variantes que se inicia com fragilização do Regime Monárquico, que se encontrava estagnado e que não permitia o país “progredir”. Esse regime dificultava e impedia o progresso e, conseqüentemente, a modernidade.

Associada a uma ação política, a Proclamação da República aparece como um novo período histórico, período este que não tem um rompimento certo, e que se define como um período de esperanças que poderiam ocorrer mudanças consideráveis na política brasileira e na organização governamental e social do país. Partindo daí temos um país com alto crescimento populacional, com uma diversidade de classes, surgimento de ideologias opostas almejando um país moderno e a fim de modernizar a educação que era instituída (ROMANELLI, 2009).

É nítido perceber o “*boom*” de ideias inovadoras com a Proclamação da República, mas o mais importante a ser lembrado é que mesmo com essas ideias o país caminhava lentamente em direção à acessibilidade na educação; às mudanças na estrutura social; às reformas no sistema político e à intensificação no processo de modernização.

A partir daí, o sistema educacional brasileiro tenta a duras penas equilibrar a dualidade que a educação vivia no momento. Ou seja, com a abolição da escravatura os filhos de escravos ainda tinham pouco acesso, ou quase nenhum, à Instrução Pública. Enquanto isso, a camada média da sociedade brasileira tinha fácil acesso a essa instrução e compunham a camada de “intelectuais pensantes brasileiros”, ou “mosqueteiros intelectuais”, denominação dada por Sevcenko (2003). Muito desses intelectuais tinham a continuidade de sua formação na Europa (ROMANELLI, 2009; SEVCENKO, 2003).

Mesmo sabendo que a educação era a chave principal para resolver problemas no cunho civilizatório da sociedade brasileira, não há no princípio da República programas políticos educacionais que possibilitassem o acesso fácil para a população brasileira; o investimento na educação, mesmo que bastante, não atingia toda a sociedade que precisava desse apoio educacional para colocar o Brasil em um patamar de desenvolvimento considerável na área da educação.

Dessa forma, concluiu-se que, nessa época, era necessária a educação para desenvolver a ideia de prosperidade nacional, porém outras áreas, entre elas, a política e a econômica, recebiam mais atenção do que a educacional.

2 MODIFICAÇÕES DOS CÍRCULOS LITERÁRIOS NA PROVÍNCIA MINEIRA: ESCASSEZ DE IDEIAS E BAIXA PRODUTIVIDADE FECHAM AS ÚLTIMAS DÉCADAS DO IMPÉRIO

A criação dos Círculos Literários teve como objetivo a descentralização da responsabilidade do Presidente da Província, já que a comunicação na época era muito limitada pelo acesso restrito aos meios de transporte. Após a criação da Diretoria de Instrução Pública ficaram centralizados assuntos pertinentes à educação de cada Círculo Literário para o Diretor e Vice Diretor, diminuindo assim a responsabilidade do Presidente da Província de tratar sobre assuntos rotineiros administrativos. Sendo assim, os pedidos, fossem eles reclamações ou sugestões de cada Círculo Literário, eram enviados diretamente ao Diretor e Vice Diretor da Diretoria de Instrução Pública (MOURÃO, 1959).

A cada ano o Diretor da Instrução Pública prestava contas ao Presidente da Província, como podemos observar no seguinte trecho:

[...] O Diretor da Instrução Pública presta informações ao Presidente da Província Dr. Luís Antonio Barbosa, em 12 de Fevereiro de 1852, sobre o estado de ensino em Minas no ano anterior. Essa informação foi dada em virtude do aviso da Secretaria do Estado dos Negócios do Império datado de 13 de novembro de 1851. Segundo Ofício, assinado pelo Diretor de Instrução Pública, Sr Antônio José Ribeiro Bhering (C.434, Fls. 87.) havia, naquele ano, 184 cadeiras de instrução primária, sendo 138 do primeiro grau e 46 do segundo. (MOURÃO, 1959, p. 46).

Esse documento é um bom exemplo de prestação de contas. Os assuntos eram variados na área educacional, sendo desde a distribuição de cadeiras, alfabetização feminina, número de alunos que frequentavam a escola, até a divisão de tempo (horário) para cada disciplina.

Algumas modificações ocorreram no que se refere aos Delegados dos Círculos Literários no ano de 1854, entre elas: tempo para vencimento de cargos como o de Delegado de cada Círculo, bem como dos Diretores e Vice-diretores da Instrução Pública da Província Mineira (MOURÃO, 1959).

De acordo com as fontes pesquisadas, percebe-se que a Instrução Pública Mineira era, ao mesmo tempo, organizada e burocrática, pois, para se tornar professor dessa Província, o candidato deveria passar por inúmeras formações e, em seguida, por provas que comprovassem sua habilidade para atuar em uma determinada área. Segundo Mourão (1959), as autoridades mineiras disponibilizavam meios para a habilitação desses professores a fim de manter a Instrução Pública em um patamar elevado. Além disso, os Círculos Literários foram

criados como forma de organizar e centralizar algumas regiões a fim de atingir maior número de alunos em cada região da Província Mineira.

Os professores tinham direitos e deveres em sua profissão. Desde sua nomeação, o professor seguia o que estava proposto para ocupar o cargo, adequando-se ao perfil pela idade, folha corrida⁴ e até atestado de crença; esse último não é de se estranhar, já que o Império no Brasil caminhava, ainda, para a implantação de ideias inovadoras, mas em bases Cristãs, visto que a Igreja nesse período era ainda unida ao Estado (MOURÃO, 1959; SAVIANI, 2008; GOUVEIA e ROSA, 2000).

A exigência de concurso ou exame de provas de habilitação para o exercício da docência nos dá a impressão de que o ensino na Província Mineira era muito bem estruturado e seguia as normas previstas em lei. Entretanto, infelizmente, não era essa a realidade na Província Mineira. A Instrução Pública passava por várias falhas desde a estrutura administrativa até a estrutura de ensino. O Governo por si só não conseguia controlar o vasto território, visto que dependia de documentos emitidos pelos dirigentes dos Círculos Literários os quais, muitas vezes, não conseguiam cumprir os prazos de entrega desses documentos, cujas informações eram necessárias para que o Governo Mineiro soubesse da realidade na Instrução Pública Mineira (MOURÃO, 1959).

Assim, em 1859, os Círculos Literários foram divididos em Agências Parciais com o objetivo principal de fiscalizar fielmente os professores para verificar se estes tinham condições reais para ministrar aulas. Além disso, o controle de frequência tanto para alunos quanto para professores deveria ser rigoroso: “[...] pois, o gôverno da Província, em circular de 23 de Abril de 1861, mandou fechar tôdas as aulas de instrução primária e secundária que não tivesse frequência legal.” (MOURÃO, 1959, p.75).

Como mencionamos anteriormente, as licenças para ministrar aulas só eram concedidas por meio de aprovação em exames ou provas de habilidade que comprovassem que o professor estava apto para ministrar aulas em uma determinada área. Vejamos:

[...] professor Manoel Corrêa da Silva, que, desejando lecionar particularmente as primeiras letras em Diamantina, teve de satisfazer o que determina o artigo 73 do regulamento nº 49, isto é, pagar 3\$200 de velhos e novos direitos e 1\$000 de selos. Esse regulamento nº 49 exigia dos professôres atestados de conduta e de suficiência, de acordo com artigo 23. (MOURÃO, 1959, p. 76).

⁴ Entende-se por folha corrida, de acordo com MOURÃO, 1959, a honestidade do indivíduo em relação aos seus atos perante a sociedade, como, por exemplo, não cometer crimes.

No ano de 1861, a maior preocupação do governo era de conseguir informações corretas sobre o real estado da instrução na Província Mineira. Como temos conhecimentos, a vasta extensão de terras da Província impossibilitava os diretores dos Círculos Literários de visitar todas as escolas, visto que algumas delas ficavam em localidades de difícil acesso. Assim, o desinteresse de alguns funcionários encarregados de fiscalizar o andamento dessas escolas contribuiu para dificultar o trabalho do governo.

A exigência de autoridades políticas para o bom funcionamento da educação na Província era focada na iniciativa de progresso que o Brasil começava a vivenciar naquele momento. Além disso, as autoridades mineiras acreditavam ser de grande importância os testes que eram aplicados aos professores para verificar a habilidade deles. Porém, o pouco incentivo do governo em relação ao professorado e as exigências que lhe eram impostas nos dão a ideia de um cenário contraditório.

Tanta exigência e tão pouca recompensa devem dar êsse resultado-que faltam pessoas idôneas que a esta vida queiram dedicar-se e, assim, o remédio é aceitar o que se propõem a suportar uma tal condição, portanto não admira que nesta classe se encontrem muitos indivíduos sem as precisas habilitações para o ensino (MOURÃO, 1959, p. 80).

Por incrível que possa parecer, e por mais que tenham sido colocadas em prática diversas leis educacionais na Província Mineira, o ensino mineiro sempre apresentou problemas, sejam eles na área administrativa ou, até mesmo, por falta de incentivo aos professores e condições precárias de trabalho nas escolas.

2.1 Instrução Pública Diamantinense: Ideias Gerais do que pode ter ocorrido na Instrução Pública em Diamantina no últimos anos do Império e nos primeiros anos da República.

Em relação a esse período estudado, é necessário deixar claro que ocorreram muitas falhas nos documentos analisados na Instrução Pública em Diamantina. Isso ocorreu, possivelmente, devido ao fato desses documentos terem sido direcionados mais para a área política da cidade do que para a área educacional.

Os dados fornecidos pelas fontes pesquisadas foram de extrema importância para construção do conhecimento histórico que este trabalho pretendeu realizar. As fontes da Câmara Municipal de Diamantina que tivemos acesso foram: Atas do Conselho Municipal (1894-1898); Atas da Câmara Municipal de Diamantina (1876-1903); (1907-1910); Atas da

Comissão Municipal (1894-1901) e Documentos avulsos (1892-1902); Termo de Juramento de Vereadores da Câmara Municipal de Diamantina (1832-1892). Por meio de Documentos da Inspeção Geral de Instrução Pública do Estado de Minas Gerais coletadas no Arquivo Público Mineiro e, sobretudo, nas leis na área de educação, podemos supor como era realizada a educação em Diamantina nas décadas antecedentes ao Império e na primeira década Republicana.

Observando a grande documentação que foi analisada, descobrimos grandes momentos da educação Diamantinense, mesmo tendo pouca informação sobre esse assunto nos documentos dessa cidade.

Partindo dessa constatação, recorreremos a alguns livros e artigos publicados em revistas on-line especializadas de História da Educação do Brasil e de Minas Gerais que nos ajudaram na elaboração deste trabalho.

Portanto, superados todos os desafios primários com relação ao material bibliográfico, podemos dar continuidade a nossa pesquisa.

2.2 Império - Fundação do Seminário de Diamantina: Construção baseada em ideologias européias

Neste tópico serão apresentados os estabelecimentos que fizeram parte da construção da Instrução Pública em Diamantina. Ou melhor, serão apresentadas e caracterizadas as construções das últimas décadas do Império, já que na primeira década da República pouca mudança foi estabelecida na Comarca de Diamantina em relação à Instrução Pública.

No ano de 1853, na data aproximada de 10 de Agosto, pela Lei Imperial nº 693, estabelece-se a legitimidade civil do futuro bispado de Diamantina. Coloca-se em prática no mês de Junho de 1854, por Sua Santidade Pio XI, a construção da Diocese de Diamantina criada através da Bula *Gravissimum Sollicitudinis*⁵. O Seminário dessa Diocese foi criado pelo Primeiro Bispo D. João Antônio dos Santos, que sugeriu que o investimento financeiro que a Coroa fornecesse para o Palácio Episcopal fosse empregado na construção desse edifício; no entanto, nos primeiros anos esse Seminário foi instalado, provisoriamente, na histórica Casa do Contrato, que naquele momento estava sendo ocupada pelos “contratadores”, ou seja, pelas pessoas que controlavam a exploração dos diamantes.

⁵ Dá os devidos direitos do Padre nomeado domínio perante seus fiéis de qualquer instrucional que seja. Salvo lembrar que aos finais do Império a Igreja Católica ainda tinha muito valor no Brasil - Província Mineira - Diamantina. (MOURÃO, 1959; SAVIANI, 2008)

Com a criação desse Seminário e através da ordem do Ministro do Império, foram colocadas em concurso as cadeiras de professores como se pode ver nos escritos de Mourão (1959).

Ficou constituído o primeiro corpo docente com os seguintes lentes: D. João Antônio dos Santos – Filosofia, Geografia e Cosmografia; Padre Zacarias Pinto Tavares – Teologia Moral e Dogma; Padre Cesário de Miranda Ribeiro – História Natural; Padre Bento Felix Ferreira – Doutrina Cristã; Sub-diácono Alves Mesquita – Latim; o futuro Padre e Cônego Severino Campos Rocha – Latim Preliminar; Dr. Joaquim Felício dos Santos – Português e Francês; Francisco de Sales Queiroga – Matemática. Ficou estabelecido que as demais cadeiras seriam futuramente providas. (MOURÃO, 1959, p. 238)

De acordo com a citação feita acima, é possível verificar como eram estabelecidas as normas e as matérias que ali eram seguidas. Mesmo assim, havia naquele momento alguns nomes que as autoridades convidavam para participar como professores do estabelecimento, sem que estes tivessem que passar por alguma prova de seleção (MOURÃO, 1959).

Em 1863, através do decreto do Imperador Pedro II, foi eleito o primeiro Bispo de Diamantina, o Cônego Dr. João Antônio dos Santos, doutor em cânones pela Pontifícia Universidade de Roma, que anteriormente havia lecionado Filosofia. No ano de 1864, com a posse de Dom João Antônio dos Santos, feita por D. Viçoso, na velha Sé de Diamantina, foi fundado o bispado Diamantinense (MINAS GERAIS, 1983; MOURÃO, 1959).

No ano de 1867, chegam a Diamantina os primeiros Lazaristas⁶. Estes passaram a lecionar no estabelecimento onde funcionava a Casa de Contrato que, posteriormente, veio a ser sede da Diocese de Diamantina, que, como já mencionamos, ainda não tinha um novo prédio. No mês de junho, deste mesmo ano, o Seminário mudou-se para o edifício que ainda estava em construção no largo de D. João. Houve algumas reformas no estabelecimento e alguns pavilhões ficaram inteiramente novos (MINAS GERAIS, 1983; MOURÃO, 1959).

No ano de 1885, inicia-se a construção da Capela Neo Gótica dentro do Seminário, cuja construção teve duração de dois anos. Os vitrais dessa Capela representavam a cultura medieval. De acordo com Mourão (1959, p.258), “Os notáveis vitrais representando Cenas da Paixão, foram doados por particulares, famílias e instituições, inclusive pela Princesa Joinville.”

⁶ Conforme a Província Brasileira da Congregação da Missão- PBCM, entende-se por Lazaristas, Padres e Irmãos Vicentinos que formam uma sociedade em meados do século XV focada na pregação nos costumes católicos através da educação. Essa educação era empregada principalmente nas Dioceses. Como é o caso da Diocese de Diamantina.

Entre os anos de 1886 e 1893, quem dirigia esse Seminário era o Sacerdote Padre Miguel Sipólis; após essa data, ano de sua morte, a direção passou a ser do Padre Benjamim Frechet.

Até o ano de 1905, o estabelecimento funcionou exclusivamente como Seminário sendo nesse ano equiparado aos estabelecimentos oficiais de ensino secundário com a denominação de Colégio Diocesano de Diamantina. Em 1911, entretanto em vigor da Reforma de ensino Rivadávia Correia⁷, o Seminário perdeu a equiparação, continuando, entretanto com a parte colegial em caráter particular para preparar os alunos para os exames parcelados instituídos a partir da Reforma do Ensino Maximiliano em 1915. Finalmente em 1925, com advento da Reforma Rocha Vaz, o curso secundário do Seminário deixou de preencher as finalidades de estágio para os cursos superiores, limitando-se à formação de sacerdotes. (MOURÃO, 1959, p. 239)

De acordo com as fontes pesquisadas, foi possível verificar que esse estabelecimento era direcionado não só para a área da Educação Religiosa, mas também para outras áreas, como Matemática, Latim e Francês. Além disso, os cursos preparatórios abertos para a mocidade em geral, sofreram transformações em decorrência de todas as leis decretadas de cunho educacional vigente na época das últimas décadas do Império e primeiras décadas da República.

2.3 Construção do Externato do Colégio Santo Antônio de Diamantina

Dando continuidade aos vários acontecimentos ocorridos na Instrução Pública de Diamantina, nesta parte da pesquisa daremos destaque à construção do Externato e o Colégio Santo Antônio de Diamantina.

A construção do Externato foi sustentada pela Lei Provincial de 4 de Outubro de 1860. Nessa Instrução Pública criaram-se cadeiras de disciplinas específicas como Latim, Francês e Matemáticas Elementares. Além disso, esse Externato funcionou em um estabelecimento de prédio antigo que posteriormente veio a ser a Prefeitura da cidade de Diamantina até 1960-1970. E ainda nos primeiros anos da República, nesse mesmo prédio, chegou a funcionar a Escola Normal da Cidade. É interessante acrescentar que este Externato era mantido financeiramente pelo governo da Província e, no ano de 1866, após a criação do Seminário de

⁷ As reformas citadas acima: Rivadávia Correia, Reforma do Ensino Maximiliano e Reforma Rocha Vaz não serão caracterizadas neste trabalho, são reformas que ocorreram em um período posterior a essa pesquisa.

Diamantina, produziram-se modificações na estrutura de ensino desse seminário, como pode ser visto no documento oficial que foi obtido no Livro de Mourão de 1959.

Palácio, 2 de Abril de 1866

Exm^o e Revm^o Sr.

Tive a honra de receber o ofício que V. Ex^a. Revm^a dirigiu-me em 12 do mês findo, comunicando a instalação do Seminário Episcopal e declarando as cadeiras que por enquanto começam a funcionar. Em resposta se me oferece ponderar a V. Ex^a. Revm^a que para poder a Presidência cumprir o dispositivo na parte 3^a do § 20 do artigo 4^o da Lei nº 1215, de 22 de agosto de 1864, de maneira que não prejudique as vistas de V. Ex^a. Revm^a sobre a organização daquele estabelecimento faz-se mister que V. Ex^a. Revm^a me declare se das cadeiras do Externato dessa cidade pretende que sejam anexadas ao mesmo Seminário somente as de Matemáticas Elementares e a de Geografia, ou ainda outras de matérias que se lecionem no Externato e não sejam compreendidas no Decreto nº 3.073, de 22 de Abril de 1863.

V. Ex^a. Revm^a ainda me permitirá chamar a sua ilustrada atenção para a disposição da lei mineira nº 1064 que manda reunir sempre que fôr possível duas matérias do ensino em uma cadeira para que, dando-se melhor vencimento, se obtenha mais habilitado pessoal.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex^a. Revm^a os protestos do meu alto respeito e estima.

Deus guarde V. Ex^a. Revm^a

Exm^o e Revm^o Dr Antonio dos Santos, Bispo de Diamantina.

Joaquim José Sant'Ana. (MOURÃO, 1959, p. 256 e 257)

Pode-se verificar no documento acima que o Bispo de Diamantina solicita às autoridades mineiras a união das cadeiras do Externato às do Seminário, a fim de diminuir os gastos para o Governo Imperial, visto que esses gastos, tanto do Externato quanto do Seminário, eram mantidos pelo governo da Província.

Também merece destaque, o pedido de permissão para se construir um colégio particular de instrução primária e secundária com o título de Colégio Episcopal.

Em 8 de abril de 1867, o Padre Luís Pinto de Almeida, presbítero secular do hábito de S. Pedro, solicitou o Bispo D. João dos Santos, de Diamantina, permissão para fundar, naquela cidade, um colégio particular de instrução primária e secundária, com honroso título de Colégio Episcopal, “para servir como de externato para aqueles que assim quiserem freqüentar os preparatórios para o curso superior, visto não haver Externato no atual Seminário.” (MOURÃO, 1959, p. 257)

O Colégio Episcopal, que posteriormente foi denominado Colégio Episcopal Santo Antônio da Cidade de Diamantina, inicialmente teve seu funcionamento na casa assombrada⁸ localizada na Rua do Amparo.

⁸ A casa assombrada, denominação dada por Mourão (1959), esta propriedade pertencia ao Padre diretor.

Assim, foram criadas as primeiras cadeiras de Instrução Primária, ficando acordado através do Estatuto de Regimento Interno do Colégio Episcopal, que as cadeiras do Ensino Secundário seriam criadas quando houvesse alunos interessados. “No momento de criação do prédio tinha capacidade para externato e possuía “ainda um bom terreno, cômodos necessários e reservados e posição higiênica.” (MOURÃO, 1959, p. 259)

Diante do que foi exposto, é possível perceber que na Instrução Pública Diamantinense nas últimas décadas do Império estava formando a ideia de instrução, apesar de que em Diamantina o que vigorava ainda era a economia voltada para a exportação de metais preciosos, sobretudo o diamante e o ouro, para países da Europa, em específico Inglaterra, França e Portugal.

2.4 Surgimento da Escola Normal de Diamantina: Regras necessárias para um bom funcionamento dessa escola.

Por meio da criação da Lei Mineira de nº 2.496, de 1878, é instalada a primeira Escola Normal mista de Diamantina, sob a direção do Professor João Nepomuceno Kubitschek.

Em alguns documentos que foram analisados não encontramos nenhuma informação concreta a respeito de como essa escola funcionava. No documento encontrado, e transcrito abaixo, da Câmara Municipal de Diamantina, é possível verificar que a Escola Normal servia de local para votação nas eleições.

Acta da [2ª] Sessão da Reunião extraordinária da Camara Municipal de Diamantina, aos 3 de Agosto de 1894.

Presidência do [Sr] [Exmo] Rodrigues Froes

Às onze e meia horas da manhã feita a chamada, comparecem os [srs] [I.es] [Res] Froes, [Im][Cel] Eulalio, [Colm] Genesco [Achilles], [Sr] Manoel Cezar, [Netto Amarante], [Majir Cruz], João Motta, João [Gualberti] e [Andrade] Braut. Abre-se a sessão. O [Sr.] Presidente diz que os [sres.] vereadores [sabem] já o motivo da presente sessão e pois dá a palavra aos que [della] quizerem [usar].

O [Sr.] Eulálio diz que a lei nº 81 de 21 de maio de 1894, no intuito de facilitar a processão da eleição [enterou] a número de eleitores de cada secção de 150 a 250, [offereceu] pois um projecto de revolução, redusindo a 4 as secções eleitoraes do districto da cidade, e ao mesmo tempo tendo em consideração a [intenção] territorial do districito de [Cumataby] e devendo-se facilitar ao eleitorado o exercicio do direito do voto, propõe a criação de mais uma secção desse districto no Cartório; e [enquadrante] a secção de uma 3ª secção do districto da Gouvêa no Tigre [comportando] os quarteirões nº 5 a 7, sendo designada a [cargo] do cidadão Leonel Alves Ferreira para [multa] ter lugar na eleição. Propôs mais que as duas primeiras secções di districto da cidade [tens] mesmas nas salas da Camara Municipal em [publico] devido a

1ª os quarteirões [12º 1 a 8], até o eleitor nº 249, e a 2ª os quarteirões nº 8, até o eleitor nº 200, os nº 13, eleitor nº 498; e que a 3ª [empulida] o quarteirão nº 13, eleitor nº 499 até o quarteirão nº [10] e a 4ª os quarteirões nºs 21 a 29 funcionem no edifício da Escola Normal. Propõe também que seja desenganados a casa do cidadão Fernando Antonio Ribeiro no districto de [Mendanba] para nella ter [logar] a eleição, e que prevaleça a deliberação anterior quanto as [evitar] secções a edificcios já designados. Dispensado a projecto de [intersticia] e impressão é feita aleitura pelo secretario, foi posto em discussão. O [Sr.] Andrade Braut apresenta um additivo no sentido de ser designado o edifício da fazenda do [cartony] para nella ter [logar] a eleição da 2ª secção compreendendo os quarteirões nºs 0 a 12. Ninguém mais pedindo a palavra forão submetidos a votação e unanimemente aprovados, o projecto do Iº Eulalio e o additivo do Iº [Andadre] Braut. O Sr Eulalio diz que todos os srs vereadores conhecem as difficuldade momentaneas que impedem que a Camara delibera sobre todos os assim pontos que determinarão a convocação da presente reunião extraordinaria; propõe portanto que seja a mesma [emenda], e assim adiada a discussão de taes assumptos. Posta em discussão e votação esta proposta foi aprovada unanimemente, com Sr Presidente declaração encerrada a reunião extraordinaria, [evocando] a seguinte para o dia 11 de setembro [seguinte ano]. Para contar são, [rubricas] ⁹

Para compreendermos como funcionava a Escola Normal na região de Diamantina, é preciso fazer a ligação da construção dessa escola com os poderes públicos que a legislavam. Partindo desse pressuposto, é possível verificar que o Diretor da Escola Normal era um importante representante e articulador de todos os problemas e deveres que pudessem aparecer tanto de cunho administrativo quanto de atendimento à comunidade escolar. Esse Diretor assumia um papel institucional que lhe possibilitava tomar medidas necessárias para a “harmonia” e o bem estar de todos que frequentavam a instituição.

O Diretor de cada escola normal seria um professor da mesma, nomeado pelo governo para essa função. O Diretor poderia nomear conceber licenças e suspender empregados do estabelecimento, bem como licenciar professores, licenciar e nomear substitutas às professoras das escolas anexas, até menos de 30 dias. (MOURÃO, 1962, p. 179)

Cabe deixar claro que na sociedade mineira a escola atendia aos interesses de grupos dominantes, já que na sociedade Imperial e nos primeiros anos da República as oligarquias latifundiárias englobavam grande parte do funcionamento dos estabelecimentos tanto de cunho político e econômico como educacional dessa sociedade.

É de expressiva freqüência com que os poderes públicos legislaram sobre e instrução pública de Diamantina [...] A lei Mineira de nº 183 de 9 de

⁹ Fonte consultada na cidade de Diamantina através dos documentos da Ata do Conselho Municipal e atas Câmara Municipal de Diamantina, 1894-1898.

setembro de 1896 que suprime a escola normal e cria ginásio. Mencionaremos ainda a escola normal “Américo Lopes” que, fundada em 12 de outubro de 1913 pelo prof Leopoldo de Miranda foi equiparada em 4 de maio de 1914, oficializada em 1928 e supressa em virtude da reforma de 1938.[...] A escola Normal de Nossa Senhora das Dores, outra fundação de D. João Antônio dos Santos foi entregue desde os primeiros tempos(1866) às irmãs de S. Vicente de Paulo, sendo as primeiras as seguintes: Irmã Marta, Irmã Chazei, Irmã Dranlette, Irmã Perrin, Irmã Rodicq, Irmã Lobo e Irmã Durou. ocupa desde o início o edifício da rua Glória (MACHADO FILHO, 1972. p. 204-206)

Para trabalhar como professor nessas escolas era necessário prestar concurso, para verificar a prática profissional, além disso, havia ainda nomeações de livre iniciativa do governo.

Para o aluno ingressar nas Escolas Normais, ele necessitava passar por um teste de conhecimento de Português, uma prova prática de Aritmética e outra de Elementos de Desenho Linear. Esses cursos não eram gratuitos, os alunos que ali entravam tinham que pagar uma mensalidade ao Estado (MOURÃO, 1962).

Podemos concluir de acordo com o que foi exposto anteriormente, que essas escolas eram de grande importância na época. Apesar disso, a Instrução Pública em Diamantina caminhava vagarosamente já que o intuito maior era demonstrar a área cultural rica e de grande valor dessa região para as outras cidades mineiras.

2.5 Construção do Ateneu São Vicente de Paulo em Diamantina

O Ateneu São Vicente de Paulo em Diamantina foi um dos mais importantes estabelecimentos criados nessa cidade na época da construção da ideia de nação brasileira.

Esse estabelecimento, além de trazer benefícios para a educação dos jovens mineiros no norte da Província, deu condições para que alguns de seus ex-alunos se destacassem como organizadores do Seminário dessa cidade. Podemos citar, entre eles, João Antonio dos Santos que posteriormente assumiu o cargo de Bispo de Diamantina. Além de João Antonio dos Santos outros ex-alunos destacaram-se na Literatura e na própria História do Brasil.

Por aí passaram grandes inteligências, jovens que mais tarde se distinguiram em variadas atividades: João Júlio dos Santos, o poeta de “Aurora de Diamantina”; o General Carneiro, herói do cerco da Lapa; Dr. Antônio Felício dos Santos, mais tarde distinto médico, jornalista, industrial e líder católico. Parece que aí também estudaram Lucindo Passos Filho, o poliglota

e poeta de “Flôres Exóticas”, e João Nepomuceno Kubitschek, o autor de “Hermengarda” (MOURÃO, 1959, p. 178)

O Ateneu funcionava em uma casa que não conservava os traços dos tempos remotos.

Parece que o Ateneu funcionava no próprio nacional chamado “Casa de Contrato”, que havia sido outrora residência do contratador dos diamantes Felisberto Caldeira Brant, de vida movimentada com lances tão dramáticos. Ali, naquela casa de larga fachada que não conservava mais os traços da antiguidade, tão reformada e enfeitada nos tempos modernos e hoje transformada em Palácio Arquiepiscopal, um grupo de jovens recebia a mais aprimorada educação de moldes clássicos. (MOURÃO, 1959, p. 177-178)

Esse estabelecimento tinha muito prestígio por parte do governo da Província. A geração que ali estudou era muito valorizada pela sociedade por ter recebido sua instrução escolar naquele Colégio. Sabe-se que no Ateneu São Vicente de Paula funcionava o curso de 2º grau de instrução primária da cidade de Diamantina além de aulas de Latim, como consta em documentos analisados por Mourão (1959).

A primeira providência concreta da Presidência da Província foi a incorporação da cadeira pública de latim e do curso de 2º grau de instrução primária da cidade de Diamantina “ao colégio aí estabelecido com a denominação de Ateneu Vicente de Paulo”. Isso foi comunicado pelo presidente da Província, Dr. José Ribeiro Bhering, em ofício datado de 28 de maio de 1853. Esta incorporação significava o primeiro auxílio dos poderes públicos ao Ateneu São Vicente de Paulo equivalente a uma espécie de reconhecimento oficial. (MOURÃO, 1959, p. 175)

Por causa do prestígio recebido por parte do governo e da sociedade, esse colégio foi reconhecido oficialmente em 1853, no mesmo ano em que a Lei Imperial nº 693 foi decretada e confirmada a Bula de *Gravissium Sollicitudinis*, na data de 06-06-1854, pelo Papa Pio IX. Nessa data Diamantina foi presenteada com uma Diocese, sendo nomeado o primeiro Bispo Padre Cardoso de Paiva. (SILVA, 1975)

3 INSTRUÇÃO PÚBLICA MINEIRA, ENTRE OS ANOS DE 1889-1910: MUDANÇAS OCORRENTES COM A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Para caracterizarmos a Instrução Pública Mineira depois de proclamada a República, será preciso recorrer a leis que foram promulgadas, tais como: Reforma Afonso Pena; Nova organização na Instrução Pública Mineira Silviano-Campista; Reformas no Ensino Normal e Elementar Francisco Sales; Reforma João Pinheiro e no Ensino Normal.

Esses regulamentos e leis foram de extrema importância para a construção do Ensino Mineiro e a reestruturação deste no ambiente social da República. Porém, antes de caracterizá-los é preciso retornar à Instrução Pública Imperial a fim de verificar como foi a passagem do Império para a República.

Na Província Mineira, quando Proclamada a República em Novembro de 1889, Dr. Antônio Olinto dos Santos Reis herda do último governo uma situação não muito favorável, já que em várias décadas do Império a Instrução Pública Mineira foi baseada na Lei nº 13 de 28 de março de 1835, em que a principal característica foi a criação de Círculos Literários. Como mencionado, esses Círculos Literários foram criados a fim de descentralizar o ensino na capital da Província para que se tornasse mais fácil a organização deste. Além disso, houve a implantação de métodos de ensinos simultâneos, mútuo e misto (MOURÃO, 1962).

O ensino simultâneo, nesse período, pode ser caracterizado como instrumento de trabalho valioso mesmo sabendo que não se poderia tomar como verdade única e fechada o empenho de um só aluno. De acordo com alguns especialistas na área, esse ensino ainda se mantém nos dias atuais.

[...] foi solidificado e aprofundado ao longo do tempo, e mantém-se até o presente como forma mais adequada à expansão escolar. No ensino simultâneo, o professor toma por referência o aluno médio, sendo os instrumentos de trabalho predominantes o manual didático, a lousa, o giz e outros recursos mais recentes adequados ao ensino coletivo, como o retro-projetor e o data show. (LANCILLOTTI, 2010, p. 4)

O ensino mútuo é caracterizado como ensino de “duas pessoas”, ou seja, o professor preleciona diretamente aos alunos e conta com auxílio de um aluno monitor cujo objetivo é o de auxiliar na regência de exercícios fazendo assim a punição ou a recompensa de acordo com o resultado do aluno avaliado (MOURÃO, 1962).

O ensino misto, como citado anteriormente, é a união de dois sexos na mesma sala, masculino e feminino, a fim de atingir o maior número de mulheres para a instrução pública.

O que deve ser destacado anteriormente à descrição da Instrução Pública na República é que nas décadas que percorreram o Império essa instrução seguia exigências burocráticas a fim de melhor representar a Província Mineira no aspecto educacional perante o governo do estado de Minas Gerais.

No relatório do Presidente Manuel José Gomes Rebelo Horta, consta que, em 1879, havia 898 cadeiras de instrução pública, sendo 233 do segundo grau e 664 do primeiro. Coursavam as escolas, nesse tempo, 17.312 alunos do sexo masculino e 7.170 do sexo feminino. Além das escolas normais de Ouro Preto e de Campanha, que haviam sido fundadas desde 1872, foram criadas outras, como a de Diamantina, instalada em fevereiro de 1879, e as de Paracatú e Montes Claros, criadas pelo Regulamento nº84 destinadas a começar as aulas em fevereiro de 1880.

No relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, o Presidente Antônio Gonçalves Chaves comenta:- “Seguramente com dois milhões e quinhentos mil habitantes, Minas não pode ter população escolar inferior a 337.142 e, entretanto, a estatística das escolas oferece apenas a matrícula de 39.755, a frequência de 24.700 alunos de ambos os sexos”. Prossegue o Presidente dizendo: - “É que nos primeiros tempos de nossa vida política o ensino particular e livre substituiu em grande parte o ensino público e o excedia em vantagens. (MOURÃO, 1962, p. 15).

É importante ainda ressaltar que apenas algumas cidades eram beneficiadas com as Escolas Normais na Província Mineira ao fim do Império: Ouro Preto com 153 matrículas; Campanha com 109; Diamantina com 98; Montes Claros com 56 e Sabará com 121 alunos matriculados (MOURÃO, 1962).

O mais importante a se apontar é que mesmo com a quantidade de matriculados essas Escolas Normais não atingiam a eficiência que o governo de Minas almejava, pois ainda no final do Império a situação da Instrução Pública em Minas Gerais não era favorável e, mesmo assim, autoridades apostavam em uma reforma completa e radical quando fosse assim Proclamada a República.

Com a República Proclamada, as autoridades se depararam com uma frágil organização no ensino, já que na época do Império o governo não dava prioridade para a educação. Sendo assim, o governo não poderia fazer reformas drásticas, pois a educação na Província Mineira se encontrava em péssimo estado e era preciso o decreto de diretrizes de âmbito federal para segurar em um patamar constante a instrução pública (MOURÃO, 1962).

Alguns decretos ocorreram em 1890, entre eles de Benjamin Constant, que foi na época o 1º Ministro da Instrução Pública. O decreto nº 981 de 8 de Novembro de 1890, teve

como objetivo a criação de um Conselho Superior para regular o Ensino Primário e Secundário. O decreto não foi levado à frente porque autoridades acreditavam que era uma linha positivista e fora da realidade brasileira (MOURÃO, 1962).

Outros regulamentos ainda nesse meio tempo foram decretados, mas nenhum tão relevante que pudesse provocar uma mudança definitiva e duradoura no ensino.

3.1 Reforma Afonso Pena: Mudanças significativas na Instrução Pública Mineira

Diante da criação de vários decretos a partir de 1890, uma Lei que merece destaque é de nº 41 de 3 de agosto de 1892, denominada Reforma Afonso Pena, que apresenta várias características marcantes, entre elas: criação de um órgão técnico para estudar métodos e processos de ensino; estabelecimento de uma inspetoria ambulante para fiscalizar as escolas do interior de Minas Gerais; liberdade de ação independente do órgão central pelos Diretores e Vice Diretores de Escolas Normais; programa de funcionamento regional através da localidade da escola seja ela no campo, distrito ou nas cidades; método para elevar a auto estima do aluno abolindo castigos que o rebaixavam moralmente; e algumas outras questões sempre seguindo uma linha de influencia clara positivista (MOURÃO, 1962; MINAS GERAIS, 1893).

Em Diamantina no dia 17 de julho de 1893, a Lei Mineira nº 54 foi aplicada autorizando o Presidente da Província investir anualmente o valor de quatro contos de reis ao Colégio de Órfãos de Diamantina. Isso nos mostra que investimentos na educação em algumas cidades mineiras estavam ocorrendo dessa forma (MOURÃO, 1962; MINAS GERAIS, 1893).

Outro ponto que merece destaque é a criação de um “Conselho Superior”, no Ensino Primário. Este funcionava como um órgão central, que contava com a orientação do Secretário de Estado e ainda era composto por cargos como: Reitor do Externato do Ginásio Mineiro da Capital, Diretor da Escola de Farmácia de Ouro Preto e o Inspetor Municipal do município da capital. O objetivo principal deste conselho era o de:

[...] Dar parecer sobre métodos e processos de ensino; estudar programas livros didáticos e material escolar; opinar sobre regimentos internos do estabelecimento de ensino, inclusive os secundários e profissionais; estudar bases para melhoras do ensino; verificar validades de exames; planejar a construção de escolas públicas; apreciar as resoluções das congregações dos estabelecimentos; impor multas e julgar recursos; aprovar os compêndios

julgados dignos de prêmios pelo Estado. Cabia, enfim, opinar sobre “quaisquer assuntos relativos á instrução pública. (MOURÃO, 1962, p. 25)

Para que se colocassem em prática todas essas ideias foram criados alguns lugares para inspetores ambulantes com a finalidade de fiscalizar nas escolas públicas e particulares se o que estava sendo proposto pelo Estado estava sendo seguido à risca.

Além disso, para melhor fiscalização em cada distrito e povoado, o governo contava com inspetores municipais e distritais a fim de melhor orientar os processos educacionais.

No Ensino Normal, ainda na Reforma Afonso Pena, através do Artigo 168º, autoridades acreditavam que o ensino voltado para o enciclopedismo era a melhor forma de o aluno aprender substituindo assim a memorização pelo raciocínio. Nessa mesma lei no artigo 159º, pregava-se que as Escolas Normais, localizadas em Ouro Preto, Sabará, São João Del Rei, Campanha, Uberaba, Paracatu, Montes Claros, Diamantina e Juiz de Fora deveriam receber investimentos financeiros do Estado para assim continuarem a ser mantidas por este (MOURÃO, 1962; MINAS GERAIS, 1893).

Mesmo depois de Proclamada a República, autoridades insistiram na divisão das cidades mineiras em blocos para melhor orientar professores e alunos para um ensino bom e concreto. Sendo assim, essa divisão de grupos de cidades tinha o objetivo de atender melhor a demanda destas para atingir a todas. Por exemplo, no período Imperial essa divisão de grupo de cidades era denominada *Círculos Literários* posteriormente recebe o nome de *Circunscrições Escolares* e ao final do Império e início da República *Circunscrições Literárias* (MOURÃO, 1962; MINAS GERAIS, 1893). A criação e divisão desses grupos, a princípio, era o de descentralizar problemas ocorridos na capital, centralizando estes na cidade sede destes Círculos.

Sancionada a lei mineira nº 77 de 18 de Dezembro de 1893, o governo divide o estado de Minas Gerais em 10 Circunscrições Literárias e todas as sedes destas ficariam localizadas em cidades que possuíssem Escolas Normais. Sendo assim, Diamantina foi sede da 10ª Circunscrições com mais seis cidades que compunham esta: Conceição do Sêro Ferros, Peçanha, Sêro São João Batista e São Miguel de Guanhões (MOURÃO, 1962; MINAS GERAIS, 1893).

No ano de 1897, através da Lei 221 de 14 de Setembro pelo artigo 6º, as circunscrições foram divididas em 7. Este decreto foi feito pelo Presidente Silviano Almeida Brandão e subscrito pelo seu então secretário de estado Wenceslau Braz Pereira Gomes dividia a província em 7 Circunscrições, e Diamantina fazia parte da 1ª Circunscrição, com

mais 14 cidades: Belo Horizonte, Sabará, Caeté, Santa Luzia do Rio das Velhas, Bonfim, Sete Lagoas, Curvelo, Itabira, Santana de Ferros, Conceição, São Miguel de Guanhões, Peçanha, Sêro, Diamantina e São João Batista (MOURÃO, 1962; MINAS GERAIS, 1893).

3. 2. Instrução Pública Mineira através da Reforma Silviano-Campista

A Lei nº 281 de 16 de Setembro de 1899, sancionada por Francisco Silviano de Almeida Brandão e subscrita por David Campista, ficou conhecida como uma nova Organização da Instrução Pública Mineira Silviano-Campista.

Um dos pontos principais para que essa lei fosse promulgada era o de diminuir gastos do Estado de Minas Gerais, visto que nesses anos a situação financeira do Estado estava incontrolável. O atraso do pagamento dos professores, como podemos ver no documento a seguir, é um exemplo dessa grande preocupação.

I- Directoria da Escola Normal da Diamantina aos 26 de Julho de 1892

Illustre Cidadão

A Congregação desta cidade em sessão extraordinária de 17 do corrente mez deliberou por vosso intermédio do Dr. Secretario das Finanças auctorisar ao Collector d'esta cidade, ou a quem que seja incumbido da arrecadação das Rendas Estaduaes, a receber de negociantes ou de quem precisar; quantias com as quaes possa habilitar-se para fazer aqui o pagamento dos professores e empregados d'esta Escola, dando recibo ou talão no qual se consigne a quem deva o [Thezouro] do Estado entregal-as n'essa capital; ou a Secretaria das Finanças mandar entregal-as por intermédio do Banco da Republica do Brazil, na Capital Federal. Compreheideis a grande vantagem que a justíssima medida que poderá tambem ser extensiva aos professores primários da cidade de todo este município, trará para o recebimento dos vencimentos; por quanto para sermos pagos, ate o presente, somos obrigados não só a constituir nessa capital procurador, ao qual pagamos porcentagem em pelo trabalho de recebel-os na Secretaria das Finanças, bem como a sujeitarmos a longa demora no recebimento, quando o pagamento seja feito por meio de transações, ao imposto tributado pelo correio quando se são remetidos em carta registrada, salvo cazo de sermos obrigados, como até agora, a demonstrarmos pagando ainda porcentagens. Ora, desde que a Estação Fiscal d'esta cidade seja auctorisada a obter o supprimento para o novo pagamento, ainda mesmo que não exista em cofre quantia necessária para o mesmo poderá o encarregado receber os certificados e dar talão da importância de conformidade com o que pedimos, as pessoas que os apresentarem, com o recibo assignado; sendo certo que não só os negociantes d'esta praça prestam se quer a fazer o supprimento da quantia necessária, quer a pagar os professores, obtendo recibos no certificado passado ao collector que lhes dará o talão. Rogo-vos digneis com urgência tomar em consideração a presente representação da Congregação.

Saúde e Fraternidade.
Ao Illustre Cidadão Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão.
DD. Secretario do Interior do Estado de Minas Geraes.
O Director Joaquim Jose Pedro Lessa. (sic)¹⁰

Assim, é possível verificar que o governo não estava sabendo lidar com tanto gasto em relação à educação. Vejamos outro exemplo:

II- Thesouro do Estado de Minas Geraes
Nº 603
Ouro Preto, 16 de Setembro de 1891,

Leu ontem do Snr. Dr. Presidente do Estado, ao Sr. Dr. Inspector da Instrução Publica para ouvir o director da Escola Normal da Diamantina em vista da presente informação, declarada em 17 de Setembro de 1891.
F Barcellos

Exmo. Snr.
Cumpra-se o despacho do Dr. Presidente.

19-9-91

Acerca do pedido que faz o Dr. Director da Escola Normal da Diamantina, já informado pela Inspectoria da Instrução Publica, em 6 seo inconcluso officio de 21 do mez findo, sob nº 469, cabe-me declarar a V. Exa. Que, para ter logar o fornecimento dos objectos de que carece o referido Director, convem saber a quanto montará a despesa a fazer-se com a aquisição dos mesmos, visto com a verda de 8:000\$000 consignada para esse fim pelo Decreto de 26 de dezembro de 1890, não será sufficiente para attender a tantos serviços que por ella correrem.

Ao Exmo. Snr. General Dr. José Cesário de Faria Alvim, Presidente deste Estado.

Justino Pena Carneiro”(sic)¹¹

Essa lei também dava o livre acesso do governo para nomeação de pessoas de confiança deste nos cargos estabelecidos (MOURÃO, 1962; MINAS GERAIS, 1893).

Dentro dessa lei foi elaborado o decreto de nº 1348 de 8 de janeiro de 1900. O objetivo desse decreto era o de assegurar a liberdade de Ensino Primário, porque ainda em meados destes anos as instituições católicas ainda estavam comandando tanto no pensamento quanto na ação do indivíduo (MINAS GERAIS, 1893).

¹⁰ Fonte consultada no Arquivo Público Mineiro. Papéis findos da Secretaria do Interior da Instrução Publica Série/ Seção: SI 4-1 Número: 229. Livro 729 (1893)

¹¹ Fonte consultada no Arquivo Público Mineiro. Papéis findos da Secretaria do Interior da Instrução Publica-Série Seção: SI 41 Número: 723 Data: 1892

Mesmo com alto investimento dos poderes públicos na educação, o artigo 6º, ainda seguindo esse decreto, definia que o Ensino Primário deveria ser gratuito e obrigatório salvo em alguns casos em que a família comprovasse que o aluno já tivesse uma formação em estabelecimentos particulares, portador de alguma doença contagiosa, se era portador de uma incapacidade física e mental ou ainda se residisse fora do perímetro escolar (MOURÃO, 1962; MINAS GERAIS, 1893).

Outro ponto que merece destaque é o artigo de nº 36 deste mesmo Decreto que expressava que o ensino fosse simultâneo, visto que no período do império este já substituiria o ensino mutuo e misto (MINAS GERAIS, 1893).

A Reforma Silviano Campista, feita nos moldes democráticos, não permitia que sujeitos que tivessem cometido algum tipo de crime ministrassem aulas. Inspectores escolares de cada Circunscrição tinham o papel de fiscalizar as regiões que lhe eram propostas a fim de verificar se estava tudo indo conforme as normas do governo de Minas; e sempre que precisavam emitiam um documento para o Presidente do Estado informando qualquer fato referente à instrução, desde mudança de cargo, pedido de aposentadoria, e outros. Um exemplo dessa prestação de contas feita pela Inspeção Geral de Instrução Pública através do Inspetor em direção ao Presidente do Estado pode ser apreciado no documento transcrito a seguir:

III – Inspectoria Geral da Instrução Publica do Estado de Minas Geraes,
N: 169
Ouro Preto, 6 de Julho de 1892.

Snr. Doutor Vice Presidente do Estado

Na petição junta, o ex-professor de gymnastica e calligraphia da escola normal da Diamantina, cidadão José da Cunha Valle Laport, pede lhe sejam pagos seus vencimentos relativos ao lapso de tempo decorrido de 18 de Fevereiro do anno passado a 27 de Março do corrente.

Informando-vos a respeito, devo declarar-vos que o peticionario, em virtude de nomeação conferida pelo vosso antecessor em 18 de fevereiro de 1891, assumiu o exercicio de suas funcções em 18 de Abril seguinte e, sendo reintegrado a 11 de Março ultimo na cadeira de geometria da mesma escola, deixou o exercicio na de gymnastica, em 18 desse mesmo mês.

O Decreto n.354 de 30 de Janeiro do anno passado, cuja disposição não chegou ao conhecimento do peticionario, como se verificou pelos documentos juntos ao seu requerimento, suprimiu os vencimentos consignados na Tabella respectiva, para pagamento de taes funcçionarios; entretanto, em data posterior a essa resolução, foi o professor, de que se trata, nomeado em 18 de Fevereiro seguinte, na certeza de que seus serviços serão remunerados, uma vez que, sem impedimento algum, se titulou e entrou no exercicio das funcções.

Considerando que nenhuma culpabilidade pode ser imputada ao requerente, que, em bôa fé e segundo os documentos juntos, cumpriu seus deveres, durante o tempo decorrido de 18 de abril do anno passado a 28 de Março ultimo, parece-me que lhe assiste o direito aos vencimentos durante esse praso, mesmo porque o Regulamento

baixado com o Decreto N. 533 de 12 de Junho do anno passado revogou tacitamente a disposição contida no citado Decreto n.354 de 30 de Janeiro de 1891. Concluindo, cumpre-me informar-vos mais que, se o vosso antecessor não houvesse aproveitado o petionario na cadeira de gymnastica da mesma escola, nos termos do Art. 85 do Decreto do 1º de Dezembro de 1890, teria elle de ficar em disponibilidade, como professor que era da cadeira de Geometria, percebendo ordenado simples até que se lhe desse destino, hypothese essa que se evitou, conferindo-se-lhe a nomeação de professor de gymnastica, em 18 de Fevereiro de 1891.

Saúde e fraternidade.

Servindo de Inspetor,
Antonio Gomes Ribeiro Costa (sic)¹²

Esse documento acima transcrito é um exemplo claro de como funcionava a prestação de contas para o Presidente do Estado, além disso, é importante percebermos que não havia uma preocupação na formação do professor para ministra aulas, visto que se o professor de Ginástica faltasse e se o professor de geometria estivesse com tempo livre este poderia ministrar aulas de outras disciplinas que não tinha nada a ver com sua formação, saltando assim aos olhos que a organização desta escola deixava a desejar.

Por fim, as Circunscrições Literárias nesta Reforma ficaram estabelecidas e divididas em cinco localidades, sendo que a primeira encobria a Zona Metalúrgica; a segunda a Zona da Mata; a terceira o Sul de Minas; a quarta o Triângulo Mineiro; a quinta o norte e o nordeste do Estado. Diamantina estava inserida na quinta Circunscrição junto com Tremedal, Rio Pardo, Salinas, Grão Mogol, Arassuaí, Januária, São Francisco, Montes Claros, Bocaiúva, Minas Novas, Teófilo Otoni, São João Batista, São Miguel Guanhões e Peçanha (MOURÃO, 1962).

3.3 Governo Francisco Sales: Algumas reformas nos Ensinos Normais e Elementares no Estado de Minas Gerais.

Com a proclamação da Lei nº318 de 16 de Setembro de 1901, o governo aplica cortes nos gastos com a educação. Assim, a educação de Minas sofre algumas mudanças drásticas, entre elas a cobrança da taxa de matrícula dos alunos em Escolas Normais no estado de Minas Gerais. Essa taxa era focada na ajuda financeira para professores, pois estes sim foram os que mais sofreram com os cortes do governo (MOURÃO, 1962; MINAS GERAIS, 1901).

Com o corte de gastos o governo Francisco Sales decreta a uniformização dos programas nas escolas do Ensino Normal e Elementar. O objetivo desse decreto era eliminar

¹² Fonte consultada no Arquivo Público Mineiro. Secretaria do Interior da Instrução Publica- Série Seção: SI 41 Número: 723 Data: 1892

programas repetitivos a fim de melhorar a fixação de disciplinas, reduzindo os anos escolares a quatro atingindo, assim, um programa completo e contendo um único objetivo, aprendizagem direcionada.

Com certeza, o fato de economizar dinheiro na educação foi um grande marco para educação de Minas Gerais, já que para o estado o que importava era colocar Minas no patamar de grandes mudanças que estavam ocorrendo no Brasil. Sendo assim, os gastos do Estado foram direcionados para as construções de prédios, fábricas, etc., que buscavam empregar o sentido civilizacionista no Brasil.

Um exemplo que merece destaque, de acordo com documento transcrito a seguir, é a construção da Agência da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais.

Vejamos:

IV- Thesouraria da Fazenda do Estado de Minas Geraes.

Ouro Preto, 19 de Julho de 1890.

Sr Governador

De accordo com o disposto no artº1º§2º, do regulamento que baixou com o Decreto nº 9.738 de 2 de Abril de 1887, tenho a honra de propor-vos a criação de uma agencia da Caixa Economica do Estado, annexa á esta Thesouraria, na Collectoria das vendas geraes do Bonfim, por ser isto de toda conveniencia.

Saude e Fraternidade

Sr Dr João Pinheiro da Silva, Governador deste Estado.

O Inspector

Henrique [A.V. Cunha] (sic)¹³

A criação dessa agência é um exemplo claro de qual era o objetivo do governo para as finanças que o Estado recebia.

A Lei do governo Francisco Sales se completa com outras leis que serão caracterizadas até o final deste texto, como a Reforma do Ensino João Pinheiro e a Reforma Wenceslau Braz do Ensino Normal.

3.4 A Reforma do Ensino João Pinheiro ano de 1906: A centralização do ensino em grupos escolares.

Em 1906, João Pinheiro assume a Presidência do Estado de Minas Gerais e decreta a instituição dos grupos escolares. No lugar de quatro escolas isoladas, deveria existir somente

¹³ Fonte consultada no Arquivo Público Mineiro. Actas de Agosto de 1890 - Série Seção: SG1056 Data: Agosto de 1890.

uma e apenas um professor ministraria aula em cada sala. Essa mudança pregava a centralização do ensino que ainda se encontrava muito fragmentado.

Com essa mesma reforma, em 20 de setembro de 1907, é criado um grupo escolar na cidade de Diamantina através do decreto nº 2091, contando com a participação do Secretário Manoel Tomás de Carvalho Brito (MOURÃO, 1962).

Finalmente, havia algo novo em matéria de ensino no antigo Tijuco, a cidade dos diamantes, cuja fama advinha dos tempos coloniais, quando arraial, desde o segundo quartel do século XVIII. João Pinheiro ainda fez em Diamantina vários outros grupos ou atos administrativos sobre o ensino restabelecendo e criando cadeiras pelos distritos em seu vasto município. Em seguida, rumou para Sêro, sua terra natal, onde a 26 de setembro, pelo Decreto nº 2100, criou o Grupo Escolar daquela cidade. (MOURÃO, 1962, p. 97-98)

Após essa substancial mudança no Ensino Primário, Normal e Superior dos grupos escolares, o Presidente João Pinheiro, através da Lei nº 439 de Setembro de 1906, a partir do Decreto nº 1947 de 30 de Setembro de 1906, estabelece mudanças para concretizar horários, intervalo, início e término das aulas (MOURÃO, 1962).

O objetivo que o governo buscava alcançar era o de voltar a aprendizagem do aluno para métodos intuitivos e práticos. Esse caminho seria traçado tendo como base o ensino intelectual, direcionando a atenção do aluno para educação intelectual, moral e cívica. O que podemos destacar, neste caso, por meio do parecer apresentado, é o método de leitura imediata do Dr. Agostinho Penido.

V – Parecer

Nomeados para emitir o nosso parecer sobre o _Methodo de leitura imediata pelo Dr Agostinho Penido, depois de assistir a pratica de ensino feita a uma creança de [Ares] annos e a adultos analphabetos podemos afirmar que o processo empregado é de vantagem intuitiva.

Entre os methodos empregados até hoje nenhum é considerado incompleto ou defeituoso, mas alguns são poucos amenos e outros exigem applicação demorada. Este de leitura imediata attinge ao seu fim por meio do conhecimento gradual das letras e das syllabas, em 58 lições e ligeiros exercicios; ao mesmo tempo os alunnos reproduzem no quadro negro as lições, chegando a escrever o que lerão sem nova aprendizagem.

É a modificação dos dous processos phoneticos e de soletração, de adopção muito aproveitavel nas escolas; os meninos facilmente o comprehendem por ser simples e racional a formação das letras, das syllabas e das palavras. Entre os systemas em grande numero publicados nenhum excede no mechanismo e na intuição dos meninos ao da leitura imediata.

Ouro Preto, 15 de Fevereiro de 1890.

Camillo de Brito

Maria Fiusa de Oliveira

Cherubina Roetz Pombo de Miranda.(sic) ¹⁴

¹⁴ Fonte consultada no Arquivo Público Mineiro. Actas de Fevereiro de 1890. Série/Secção: SG1052 Fevereiro de 1890.

Por meio desse parecer, é possível verificar que esse método foi de grande importância para a educação mineira, porque através dele, a leitura e a escrita passaram a ser a base principal para que o ensino de Minas Gerais chegasse a um patamar elevado na educação brasileira, quando comparada a européia.

3.5 Reforma Wenceslau Braz no Ensino Normal: Diferenças e aproximações com as outras reformas feitas em Minas Gerais.

A Reforma Wenceslau Braz surgiu com intuito de reorganizar o Ensino Normal através do Decreto nº 2836 de 31 de maio de 1910. Nesse regulamento ficou estabelecido que a duração do curso normal passaria a ser de quatro anos, enquanto que na Reforma João Pinheiro o mesmo era de três anos. Além disso, o estabelecimento das Escolas Normais em Minas Gerais ficaria limitado a alunas, excluindo, assim, os homens para a iniciação no magistério primário (MOURÃO, 1962).

Assim, apesar do progresso de mais um ano, relativamente ao que havia na Reforma João Pinheiro, cujo curso normal era positivamente curto e escasso de elementos formativos, o currículo da Reforma Wenceslau-Estevão Pinto não era ainda bem adequado à sua finalidade. (MOURÃO, 1962, p. 177)

Enquanto isso, nessa reforma, a Escola Normal da Capital de Minas é eleita como modelo para o Estado a fim de que todas as cidades que tivessem Escolas Normais seguissem o mesmo padrão no quesito organização, administração, processos e programas (MOURÃO, 1962).

Mesmo com tanta proposta de reforma e ideias inovadoras no ensino, esses métodos não foram suficientemente aplicados para toda a população do Estado de Minas Gerais. A educação mineira, nesta época, deixou a desejar por vários motivos, entre eles o econômico. A falta de verba para a educação não deixou o Estado se desenvolver forte e unido para atingir o progresso que o país tanto buscava.

Essa realidade vivida pela educação nos tempos do Império nos liga a atualidade. Se hoje vivemos em uma ambiguidade, onde há leis e estas não são cumpridas, o que pode ser pretendido é se chegar a uma ideia educacional concreta no Estado por meio de políticas sociais. Dessa forma, nos deparamos com uma estrutura de leis fragmentadas que mostra aos poucos um quadro concreto de problemas e desilusões.

No Ensino Primário, com a Proclamação da República, Diamantina passou a contar com 50 cadeiras de Instrução Pública, sendo 9 em cidades e vilas ao redor, e 16 nas freguesias que faziam parte do círculo literário (MOURÃO, 1962).

No documento a seguir podemos verificar a significativa ausência dos alunos nas escolas diamantinenses; de 839 alunos do sexo masculino matriculados apenas 415 eram frequentes, e de 906 alunas matriculadas apenas 527 frequentavam a escola. Vejamos:

Quadro das Cadeiras primárias existentes no estado de Minas Gerais, cidade de Diamantina

Diamantina: 50 cadeiras; 9 “cidades e villas”; 16 “freguesias”; 25 “districtos e povoados”; 1 “aulas em cadêas”; 1 aula nocturna; 22 masculinas, 10 femininas e 18 mixtas; 7 prof. Normalista na “cidades”, 4 nas “freguesias”, 11 nos “districtos”, [1] não normalista na “cidades”, 12 nas “freguesias”, 10 nos “districtos”; um interino nos “districtos”; 1 cadeira vaga na “cidades”, 3 nos “districtos”; sexo masculino: 839 alunos matriculados e 415 frequentes; sexo feminino: 906 alunas matriculadas e 527 frequentes; 110 alunos “promptos” do sexo masculino e 215 do sexo feminino.¹⁵

É necessário ressaltar que a frequência dos alunos, muitas vezes, dependia do transporte já que nos primeiros anos da República muitas famílias diamantinenses moravam na zona rural e o transporte era feito a cavalo. Assim, por falta de recursos financeiros muitas dessas famílias não tinham condições de mandar seus filhos para escola.

Com relação ao investimento municipal no âmbito educacional, este foi registrado em algumas ações de compras de material escolar, tais como: penas e tintas, destinados para alunos pobres das escolas municipais, a criação de escola profissional (DIAMANTINA, 1894).

Como podemos ver no documento que se segue:

Acta da segunda sessão da terceira reunião ordinária da Camara Municipal de Diamantina, aos 19 de Setembro de 1894.

Presidência do [Sr.] Roiz Froes

[...]Comissão de finanças e obras publicas faz a leitura dos seguintes [pareceres]: 1º Em relação ao regimento do cidadão José da Silva Machado,[...] a criação de uma escola profissional, a [Committe] o seo juízo sobre elle, por ter [vindo] seo expediente da Camara, e a respeito faz[...]a seguinte objecção: os donativos que trata o officio, de facto forão feitos com applicação para uma escola de ensino profissional com a clausula de que, se não for a mesma escola installada por esta Camara revertesse em beneficio da Stª Casa de Caridade. Em vista do que entende a

¹⁵ Fonte consultada no Arquivo Público Mineiro. Fundo de Instrução Pública. Quadro das Cadeiras primárias existentes no estado de Minas Gerais, no ano de 1890, por municípios e com o respectivo número de alunos matriculados, frequentes e promptos – IP 80

Camara e é de parecer que por enquanto nenhuma outra applicação seja dada as quantias destinadas conforme a intenção de seus doadores; e assim como agora vem o presidente da União Operaria pedir esse deposito, com mais razão terá de vir a Administração da Stª Casa solicitar a entrega desse dinheiro, salvo-se os doadores novamente destinarem para o Lyceo dirigido pela União Operaria [áfrica], postando, a camara que neste sentido [conforme] o [Sr.] Presidente responder, louvando por parte da camara a iniciativa daquela associação, assegurando-lhe que esta [Comprovação] não se negará a auxiliar os nos intentos, e que em tempo opportuno quando permittis o estado dos seus cofres, assim procederá.¹⁶

Mesmo com alguns investimentos sendo feitos entre os anos 1872-1910, pouco pode ser destacado na área educacional de acordo com os documentos verificados. A maioria desses documentos ressalta, sobretudo, debates de cunho político, em relação a investimento na area educacional, e deliberações da Câmara Municipal local. Mesmo assim, alguns investimentos foram feitos em especial nas escolas paroquiais (DIAMANTINA, de 7 de Fev. 1892), no Colégio N. S. das Dores; (DIAMANTINA, 04 set. 1882) e a criação da Biblioteca Municipal de Diamantina (DIAMANTINA, 24 março 1876).

No documento, que veremos a seguir, da Câmara Municipal de Diamantina, é relevante perceber que, de acordo com as deliberações assumidas pela Câmara Municipal de Diamantina sobre educação municipal, encontram-se registros nas Atas da Câmara, na data de 30 de Janeiro de 1907, ainda sob o governo do Agente Executivo Cel. Hilário Sebastião de Figueiredo, onde este estabelece os gastos para os consertos e reparos para adequação do prédio para o funcionamento do primeiro Grupo Escolar na cidade. Esse Grupo foi denominado Conselheiro Matta, pelo Decreto nº 2.091. Inaugurado pelo Presidente João Pinheiro e contando com a direção do Dr. Cícero Caldeira Brant (SILVA, 1975).

A Camara Municipal de Diamantina decreta:

Art. 1º - Fica o agente executivo autorizado a entrar em accôrdo com o Secretario do Interior sobre os concertos de adaptação do predio doado ao governo do Estado para n'elle funcionar o Ensino escola d'esta cidade, podendo para tal fim transferir ao Estado o predio em que funciona a escola normal, ou o das sessões d'esta Camara.

Art. 2º - As despesas que houverem de ser feitas para tal fim correrão pela verba – Obras publicas, podendo o agente executivo, caso seja necessário, usar das attribuições que lhe são conferidas pela lei nº 169 de 16 de outubro do anno p. passado, art. 5 e fazer operações de credito.

¹⁶ Fonte consultada na cidade de Diamantina. Câmara Municipal de Diamantina. Atas da Câmara Municipal de Diamantina aos 19 de Setembro de 1894.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario. Sala das Sessões. Hilário S. de Figueiredo, José Leite de Farias, Luis Eusébio de Lima.¹⁷

De acordo com o documento transcrito acima, é possível notar que o governo fazia pouco investimento na área da Instrução Pública de Diamantina; muitas vezes, ele adaptava um prédio já existente para funcionar determinada escola. Dessa forma, o governo não precisava investir dinheiro na construção de um prédio novo.

Portanto, em relação à Instrução Pública em Diamantina, no período que se refere às primeiras décadas da República, constatamos, nos documentos pesquisados, que existem poucas informações referentes às mudanças educacionais nos últimos anos do Império Mineiro.

¹⁷ Fonte consultada na cidade de Diamantina, através dos documentos da Câmara Municipal de Diamantina, Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 30 jan. 1907

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar as considerações finais desta pesquisa é importante ressaltarmos que a História da Educação no Brasil trata-se de um assunto polêmico e em construção, como já demonstrado nas primeiras páginas deste trabalho.

A partir do momento em que nos foi proposta essa pesquisa sabíamos que se tratava de um assunto de grande desafio, já que são raros os trabalhos na área acadêmica que retratam a Educação desta cidade.

Superando aos poucos os desafios que surgem com esta pesquisa, é possível percebermos que Diamantina comparada ao território mineiro tem uma particularidade em relação à política, à economia e, principalmente, à cultura. Esta última, é necessário destacar, trata-se de um assunto de grande importância, pois esta localidade do território mineiro sofre grandes mudanças após a mineração.

No período republicano, principalmente nas primeiras décadas, o cenário educacional, ainda estava em um processo de desenvolvimento. O processo educacional da Província Mineira de acordo com informações buscadas em livros, os primeiros anos após a Proclamação da República não houve mudanças substanciais no quesito estrutural da educação mantendo, assim, o que havia sido feito nas últimas décadas do Império, mudando algumas leis e criando algumas escolas. Vale ressaltarmos que a cidade de Diamantina e conseqüentemente a Instrução Pública desta, estava quase que completamente ligada aos investimentos financeiros das elites locais e do governo local.

Nas análises realizadas através de fontes adquiridas na própria cidade em estudo, é possível percebermos o investimento financeiro que o governo dava para criação de escolas nesta cidade, como a escola profissional como vimos nos documentos que foram apreciados ao longo do trabalho. Vale também ressaltarmos que estes investimentos eram em grande parte focados a atender a camada dominante e as elites locais.

A análise destas fontes remete-nos a um conhecimento inicial do que pode ter ocorrido com a Instrução Pública Mineira, entretanto, é relevante ressaltarmos que a História é um baú de surpresas e o que pesquisamos e escrevemos não pode chegar a ser uma verdade única e limitada. Como Walter Benjamin já dizia: “[...] Articular historicamente algo passado não significa reconhecê-lo ‘como efetivamente foi’. Significa captar uma lembrança como ela fulgura num instante de perigo [...]” (KOTHE, 1985, citado por Oliveira, 2010)

REFERÊNCIAS

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999. (Encyclopaidéia).

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. *Pensamentos fundadores na educação religiosa do Brasil colônia*. Disponível em:

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_006.html. 2009>.

Acesso em: 18 de abr. 2011.

CORRÊA, Gilvane Gonçalves. *A seriação escolar brasileira: aspectos legislativos*. 1997.

Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/anais/edu/edu2014.htm>>.

Acesso em: 15 de maio 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *A Desoficialização do Ensino no Brasil*. 2009.

Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0530108.pdf>>.

Acesso em: 17 de maio 2011.

DIAMANTINA. Câmara Municipal de Diamantina. Ata da Câmara Municipal de Diamantina, aos 24 março 1876).

DIAMANTINA. Câmara Municipal de Diamantina. Ata da Câmara Municipal de Diamantina, aos 04 set. 1882

DIAMANTINA. Câmara Municipal de Diamantina. Ata da Câmara Municipal de Diamantina, aos 7 de Fev. 1892

DIAMANTINA. Câmara Municipal de Diamantina. Ata da Câmara Municipal de Diamantina, aos 19 de Setembro de 1894.

DIAMANTINA. Câmara Municipal de Diamantina. Ata da Câmara Municipal de Diamantina, 30 jan. 1907.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *A “civilização” dos índios e a formação do território do Brasil*. 2004. Disponível em:

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_073.html>.

Acesso em: 18 de abr. 2011.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de, ROSA; Walquiria Miranda. *A Escola Normal em Minas Gerais: Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação*. Belo Horizonte: Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais, 2000. 172 p.

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. Pedagogia Montessoriana: ensaio de individualização do ensino. *Revista HISTEDBR*, Campinas, p. 164-173, maio 2010. Número Especial.

Disponível em:<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/37e/art11_37e.pdf>

Acesso em: 04 de maio 2011.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Dias e Noites em Diamantina*: Folclore e Turismo. Belo Horizonte: Ed. Gráfica Maciel, 1972.

MARSON; Isabel Andrade. Antigo Regime, Feudalismo, Latifúndia, Servidão, Escravidão: Diálogos entre antigos e modernos na argumentação sobre “inconclusão” da nação liberal no Brasil (séculos XIX e XX). *Revista de História*, Universidade de São Paulo, n. 1, p. 165-186, 2010. Edição Especial.

MARTINS, Marcos Lobato. Breve História de Diamantina. Diamantina: Gráfica Urgente, 1996
MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro- Actas de Fevereiro de 1890. Série/Secção: SG1052. Fevereiro de 1890. Ouro Preto, [s.n.], 1890.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Actas de Agosto de 1890. Série Seção: SG1056 Agosto de 1890. Ouro Preto, [s.n.], 1890.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Série Seção: SI 41 Número: 723 Data: 1892. Ouro Preto, [s.n.], 1892.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Série/ seção: SI 4-1 Número: 229. Livro 729 (1893). Ouro Preto, [s.n.], 1893.

MINAS GERAIS. Leis e Decretos do Estado de Minas. Lei Adicional a Constituição do Estado. Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ouro Preto, [s.n.], 1893.

MINAS GERAIS. Leis e Decretos do Estado de Minas. Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ouro Preto, [s.n.], 1894.

MINAS GERAIS. Leis e Decretos do Estado de Minas. Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ouro Preto, [s.n.], 1901

MINAS GERAIS. *Sesquicentenário da Vila Diamantina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, [s.n.], 1983.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. *O Ensino de Minas Gerais no Tempo do Império*: ensino Primário e Normal. [S.l.]: [s.n.], 1959. 408 p. Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. *O Ensino de Minas Gerais no Tempo da República*. Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais. [S.l.]: [s.n.], 1962, 608p.

NETO, Alexandre Shigunov; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. Educação. *Pesquisa*, v.32, n.3, São Paulo, Set./Dez. 2006.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151797022006000300003&script=sci_arttext#ens>

Acesso em: 19 de abr. 2011.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Sales. Escrita da História e Política: contribuição para o Estudo dos Suportes Textuais e Visuais da Memória do Império Projetada no Museu Paulista da USP. *Revista de História*, Universidade de São Paulo, n. 1, p. 147-164, 2010. Edição Especial.

PASSETTI, Gabriel. Interligando a Colônia A ação dos tropeiros no Brasil dos Séculos XVIII e XIX. São Paulo. 1999.

PRADO JUNIOR; Caio. Roteiro para Historiografia do Segundo Reinado (1840-1889). Citado por: MARSON; Isabel Andrade. Antigo Regime, Feudalismo, Latifúndia, Servidão, Escravidão: Diálogos entre antigos e modernos na argumentação sobre “inconclusão” da nação liberal no Brasil (séculos XIX e XX). *Revista de História*, Universidade de São Paulo, n. 1, p. 165-186, 2010. Edição Especial. Evolução política no Brasil e outros Estudos. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

Província Brasileira da Congregação da Missão. Disponível em: <<http://www.pbcm.com.br/inicio.php>>. Acesso em: 15 de maio 2011.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 34. ed. São Paulo: Editora Vozes. Produzido em 1984. Edição consultada 2009.

SAVIANI, Dermeval. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. 2.ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2008. 474 p. (Coleção memória da Educação)

SEVCENKO, Nicolau. “O Exercício intelectual como atitude política: os escritores-cidadãos”. In: *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 2ª Edição.

SILVA, Almir Neves Pereira da Silva. *Diamantina: roteiro turístico*. 2 ed. Belo Horizonte: Independência, 1975.

VIEIRA, Sofia Lerche. *Reformas educativas no Brasil: uma aproximação histórica*. 2009. Disponível em: <<http://www.saece.org.ar/docs/congreso3/Lerche1.doc>>. Acesso em: 15 de maio 2011.

